

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC MARCELO GOUVEIA GÓES

A DIALÉTICA DE INTERESSES GEOPOLÍTICOS DO REINO UNIDO E DO BRASIL EM  
RELAÇÃO À ANTÁRTICA.

Rio de Janeiro

2016

CC MARCELO GOUVEIA GÓES

A DIALÉTICA DE INTERESSES GEOPOLÍTICOS DO REINO UNIDO E DO BRASIL EM  
RELAÇÃO À ANTÁRTICA.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM-1) Leonardo Faria de Mattos.

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2016

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (RM-1) *M.Sc.* Leonardo Mattos, pela gama de ensinamentos transmitidos no decorrer da confecção deste trabalho, bem como pela oportunidade a mim concedida de poder ampliar meus conhecimentos nos assuntos relativos à Antártica.

Aos companheiros do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores 2016, pelo acolhimento nas fileiras da “Turma Base”, o qual me propiciou uma harmoniosa e profissional convivência no decorrer do curso, bem como pela sinergia proporcionada advinda das trocas de experiências durante as diversas atividades acadêmicas realizadas em conjunto.

Ao meu Saudoso Pai, Manoel de Nazaré Soares Góes, pela constante inspiração, que sempre me motivou a seguir em frente, buscando atingir um bom desempenho acadêmico como singela forma de gratidão ao exemplo de homem que você foi. “Um dia a gente vai se encontrar”.

À minha querida Mãe, Maria Graciete Gouveia de Araújo, pelo constante apoio nos diversos momentos da minha carreira, que foi fundamental na minha travessia desde o meu ingresso no Colégio Naval até a conclusão deste trabalho. Obrigado pelo seu eterno carinho!

Aos meus irmãos, Aloisio, Carlos e Adelson, que sempre compreenderam meus momentos de ausência, necessários à minha dedicação aos afazeres acadêmicos e profissionais, o meu sincero muito obrigado.

À Escola de Guerra Naval, bem como à Marinha do Brasil, por conceder-me esta oportunidade.

Por fim, um agradecimento especial a Deus, que me proporcionou saúde e serenidade, fundamentais para a adequada segurança e tranquilidade, fatores determinantes para que eu pudesse desenvolver essa dissertação, culminando com o trabalho ora apresentado.

## RESUMO

O objetivo da pesquisa realizada é identificar e descrever os interesses geopolíticos do Reino Unido e Brasil em relação à Antártica, analisando e comparando as ações desenvolvidas por estes Estados naquela região. Com suporte na Teoria do Realismo, corrente teórica dominante nas Relações Internacionais, bem como sua interação com a ciência Geopolítica, foram examinadas as posturas adotadas pelo Reino Unido e Brasil em relação ao continente austral, desde seus primeiros contatos com aquela região, passando pelo Tratado da Antártica, até o início do século XXI. As ações realizadas foram motivadas, notadamente, em função da importância econômica e geoestratégica da Antártica que, sendo o último continente sobre o qual ainda não foram estabelecidas definições de soberania, ainda desperta cobiça dos Estados, em função da possibilidade de lá serem formuladas reivindicações territoriais. Prosseguindo no desenvolvimento do estudo, foram analisados e comparados os interesses geopolíticos de cada um dos Estados alvos desta pesquisa, buscando identificar suas diferenças, evidenciadas por meio das suas ações desenvolvidas no continente branco. Concluiu-se que os interesses geopolíticos do Reino Unido na Antártica vão além das pesquisas científicas, uma vez que este foi o primeiro Estado a realizar uma reivindicação territorial neste continente em 1908, e ainda existe uma latente necessidade de reconhecimento de soberania do Território Antártico Britânico, território este que foi formalmente estabelecido naquela região anos mais tarde, mesmo após a celebração do Tratado da Antártica, que congelava a questão de reivindicação de soberania no continente austral. No caso do Brasil, o estudo evidenciou que seus interesses geopolíticos na Antártica residem especificamente na condução de pesquisas científicas, visando assegurar, nos termos daquele Tratado, os direitos do Brasil neste continente, sem qualquer pretensão territorialista na região. Dessa forma, o presente estudo concluiu que os interesses geopolíticos do Reino Unido e do Brasil em relação à Antártica são distintos, principalmente no que tange às diferentes perspectivas da visão territorialista desses Estados sobre o continente austral.

Palavras-chave: Geopolítica. Antártica. Reino Unido. Brasil.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Antártica.....	58
Figura 2 - Mapa Ilustrativo da Antártica.....	59
Figura 3 - Mapa ilustrativo de depósitos de minerais existentes na Antártica.....	60
Figura 4 - Depósitos de minerais disponíveis na Antártica.....	60
Figura 5 - Densidade global de Rotas Marítimas Comerciais.....	61
Figura 6 - Percurso da viagem de Sir James Cook entre 1772 e 1775.....	62
Figura 7 - Ilhas Orcadas do Sul, Ilhas Geórgia do Sul e Ilhas Sandwich do Sul.....	63
Figura 8 - Ilhas Shetlands do Sul e a Península Antártica.....	63
Figura 9 - Reivindicações Territoriais na Antártica.....	64
Figura 10 - Mapa ilustrativo das reivindicações territoriais na Antártica.....	65
Figura 11 - Áreas das Reivindicações Territoriais na Antártica.....	66
Figura 12 - Territórios Ultramarinos do Reino Unido.....	67
Figura 13 - Zonas Marítimas e Territórios Ultramarinos do Reino Unido.....	67
Figura 14 - Mapa do Território Antártico Britânico.....	68
Figura 15 - Mapa ilustrativo do Território Antártico Britânico.....	68
Figura 16 - Navio de Patrulha Polar HMS “ <i>Protector</i> ”.....	69
Figura 17 - Mapa ilustrativo das estações de pesquisa do Reino Unido na Antártica.....	69
Figura 18 - Estação de pesquisa britânica na Antártica – “ <i>Rothera</i> ”.....	70
Figura 19 - Estação de pesquisa britânica na Antártica – “ <i>Haley VI</i> ”.....	70
Figura 20 - Estação de pesquisa britânica na Antártica – “ <i>Bird Island</i> ”.....	71
Figura 21 - Estação de pesquisa britânica na Antártica – “ <i>King Edward Point</i> ”.....	71
Figura 22 - Estação de pesquisa britânica na Antártica – “ <i>Signy</i> ”.....	72
Figura 23 - RRS “ <i>James Clark Ross</i> ” operando na Antártica.....	72
Figura 24 - RRS “ <i>Ernest Shackleton</i> ” operando na Antártica.....	73

Figura 25 - Imagem ilustrativa do futuro RRS “ <i>Sir David Attenborough</i> ” .....	73
Figura 26 - Bandeira do Território Antártico Britânico.....	74
Figura 27 - Setores da Teoria da Defrontação.....	75
Figura 28 - Projeção Global dos Setores da Teoria da Defrontação.....	76
Figura 29 - Localização da EACF – Ilha Rei George – Arquipélago das Shetlands do Sul.....	77
Figura 30 - Projeto Ilustrativo da nova EACF.....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ªGM	-	Primeira Guerra Mundial
2ªGM	-	Segunda Guerra Mundial
AGI	-	Ano Geofísico Internacional
AGNU	-	Assembleia-Geral das Nações Unidas
ATCM	-	<i>Antarctic Treaty Consultative Meeting</i>
BAS	-	<i>British Antarctic Survey</i>
BAT	-	<i>British Antarctic Territory</i>
CCAMLR	-	Convenção para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica
CCAS	-	Convenção para Conservação das Focas Antárticas
CEIEC	-	<i>China Electronics Import and Export Corporation</i>
CIRM	-	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CLCS	-	<i>Commission on the Limits of the Continental Shelf</i>
CONANTAR	-	Comissão Nacional para Assuntos Antárticos
DAE	-	Destacamento Aéreo Embarcado
EACF	-	Estação Antártica Comandante Ferraz
ESG	-	Escola Superior de Guerra
EsqdHU-1	-	1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral
EUA	-	Estados Unidos da América
FID	-	<i>Falklands Island Dependencies</i>
FIDS	-	<i>Falkland Island Dependency Survey</i>
FCO	-	<i>Foreign and Commonwealth Office</i>
GTI	-	Grupo de Trabalho Interministerial
INACH	-	Instituto Antártico Chileno
MB	-	Marinha do Brasil

MAE	-	Módulos Antárticos Emergenciais
NAPoc	-	Navio de Apoio Oceanográfico
NERC	-	<i>Natural Environment Research Council</i>
NPo	-	Navio Polar
ONU	-	Organização das Nações Unidas
OPERANTAR	-	Operação Antártica
PND	-	Política Nacional de Defesa
POLANTAR	-	Política Nacional para Assuntos Antárticos
PROANTAR	-	Programa Antártico Brasileiro
RRS	-	<i>Royal Research Ship</i>
SCAR	-	<i>Scientific Committee on Antarctic Research</i>
SECIRM	-	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
STA	-	Sistema do Tratado da Antártica
TIAR	-	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UKAHT	-	<i>United Kingdom Antarctic Heritage Trust</i>
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	-	Universidade de São Paulo



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>A GEOPOLÍTICA, A ANTÁRTICA E O REALISMO</b> .....	13
2.1	A Geopolítica.....	13
2.2	A Antártica.....	15
2.2.1	Antecedentes históricos.....	16
2.2.2	O despertar de interesses dos Estados – Uma Bússola para a Antártica.....	17
2.2.3	As riquezas naturais do Continente Antártico.....	18
2.2.4	A importância geoestratégica.....	20
2.3	O Realismo e a ambição dos Estados na ocupação e exploração da Antártica.....	22
2.4	Conclusões parciais.....	24
<b>3</b>	<b>A GEOPOLÍTICA DO REINO UNIDO EM RELAÇÃO À ANTÁRTICA</b> .....	25
3.1	As primeiras expedições britânicas e a chegada ao Continente Antártico.....	25
3.2	A reivindicação territorial do Reino Unido, o Tratado da Antártica e o Território Antártico Britânico.....	27
3.2.1	O pleito territorial do Reino Unido.....	27
3.2.2	As reivindicações territoriais de outros Estados e a “Operação Tabarin”.....	30
3.2.3	O Ano Geofísico Internacional.....	33
3.2.4	O Tratado da Antártica.....	35
3.2.5	O Território Antártico Britânico e sua Estratégia contemporânea decorrente.....	37
3.3	Conclusões parciais.....	40
<b>4</b>	<b>O INTERESSE GEOPOLÍTICO BRASILEIRO NA ANTÁRTICA</b> .....	43
4.1	O despertar de interesses do Brasil na Antártica.....	43
4.2	A Teoria da Defrontação e a não-reivindicação territorial brasileira.....	45
4.3	O Brasil como Parte Consultiva, a EACF e as Pesquisas Científicas.....	48
4.4	Conclusões parciais.....	51
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	52

**REFERÊNCIAS..... 55**

**ANEXO..... 58**

## **1 INTRODUÇÃO**

No processo histórico de desenvolvimento material da sociedade humana, não existem exemplos de exploração racional de recursos naturais até então, com exceção da Antártica, que atualmente representa um espaço conquistado pela pesquisa científica e, ao mesmo tempo, um ambiente de conservação de suas riquezas, renováveis ou não. Se a sua preservação ainda é uma realidade, boa parte disso deve-se ao fato da humanidade, obcecada pelo desenvolvimento da máquina industrial, ainda estar ocupada com a exploração dos recursos naturais de áreas mais próximas, cujas condições climáticas são mais favoráveis a essa prática. A Antártica é vista como uma grande reserva do futuro. Quando as atuais fontes de minérios, energia, alimentos e até mesmo de água, estiverem próximas do seu esgotamento, as ambições exploratórias do homem serão orientadas na direção do continente austral, obviamente objetivando as suas riquezas naturais, muitas delas ainda inexploradas.

O continente antártico foi o último no planeta a ser descoberto pelo homem e aquele sobre o qual ainda não existem reconhecidas definições de soberania. Desde as remotas viagens do século XVIII até o início do século XXI, a Antártica deixou de ser uma região incógnita e passou a ser uma realidade. Seus recursos naturais, os quais ainda não foram totalmente dimensionados, sua grande quantidade de água potável, as futuras possibilidades de exploração mineral, combinados com sua diferenciada posição geográfica no globo terrestre, fazem com que a Antártica seja um tema de grande relevância geopolítica para os Estados, dentro do sistema das Relações Internacionais. Aduz-se ainda a sua notável influência climática sobre a América do Sul e seus oceanos circundantes, em função dos fenômenos meteorológicos de lá oriundos.

Após a chegada do homem no continente austral, os objetivos dos exploradores pioneiros se direcionaram para o desenvolvimento de estudos científicos naquele território e suas ilhas. Por outro lado, seguindo um rito histórico, a postura dos Estados no contexto de expansão a novos territórios, rotineiramente percorria o trilho da exploração científica à exploração econômica utilitária, sendo necessário atingir a partilha política para que esta última se tornasse efetiva. No

caso da Antártica, esse modelo não veio a se concretizar na íntegra em função da celebração do Tratado da Antártica, em 1959, o qual congelou qualquer tipo de reivindicação de soberania naquela região. Nessa época, alguns Estados já haviam emitido reivindicações territoriais no continente austral, as quais ainda não foram reconhecidas, conforme será descrito no Capítulo 3.

O interesse do Reino Unido nas terras austrais tem gênese nas expedições marítimas iniciadas no século XVIII. Antes mesmo da efetiva chegada ao continente antártico, a pioneira reivindicação territorial na Antártica fora realizada pelo então Império Britânico. O Reino Unido é um dos Estados signatários originais do Tratado da Antártica e, desde então, vem mantendo uma constante atuação na região austral.

No caso do Brasil, seu interesse na Antártica foi despertado a partir da década de 1950, por meio de alguns estudiosos do assunto, em função da importância daquela região em relação ao território brasileiro. A adesão ao Tratado da Antártica somente ocorreu em 1975. O Brasil veio a tornar-se membro consultivo do referido Tratado em 1983, após a conclusão da primeira expedição científica brasileira à Antártica, quando então passou a ser um Estado mais atuante naquele continente, principalmente no campo das pesquisas científicas.

Neste contexto, o propósito desta dissertação é realizar uma análise histórica, com ênfase na geopolítica, dos caminhos percorridos pelo Reino Unido e pelo Brasil em relação ao continente antártico, com fulcro na Teoria do Realismo, de forma a responder ao seguinte questionamento: Qual a dialética de interesses geopolíticos do Reino Unido e do Brasil em relação à Antártica? Para efeito deste estudo, foi formulada a seguinte hipótese, a qual será confirmada ou não, de que os interesses geopolíticos do Reino Unido e do Brasil em relação à Antártica são distintos.

No decorrer do estudo, outras perguntas secundárias se fizeram necessárias: Qual a importância da Antártica no cenário internacional? Qual a influência da Teoria do Realismo nas ações geopolíticas dos Estados em relação ao continente antártico? Qual o interesse geopolítico do Reino Unido na Antártica? Qual o interesse geopolítico do Brasil na Antártica? Buscando responder a estes questionamentos, o estudo foi conduzido baseado no método histórico, sendo

utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, acrescida de consultas a trabalhos e artigos acadêmicos publicados sobre o assunto, além de fontes eletrônicas na internet. De modo a permitir um adequado encadeamento lógico, esta dissertação foi organizada em cinco seções, dentre as quais se encontra a presente introdução, os três capítulos centrais, que objetivam responder às questões secundárias, e uma conclusão.

No Capítulo 2, encontra-se descrito uma singela definição acerca da ciência Geopolítica, suas raízes e sua correlação com o continente antártico. Na sequência, encontram-se listados os aspectos históricos da Antártica, suas principais características e riquezas naturais, além da descrição de sua importância geoestratégica<sup>1</sup> no contexto mundial. Por fim, é realizado um breve estudo acerca da Teoria do Realismo e sua interação com a ambição dos Estados na ocupação e exploração da Antártica.

No Capítulo 3, é apresentada a trajetória do Reino Unido em relação à Antártica, no enfoque geopolítico, desde as remotas expedições do século XVIII até efetiva chegada ao continente austral. Descreve também a reivindicação territorial britânica e de outros Estados na Antártica, o caminho percorrido até a celebração do Tratado da Antártica, o posterior estabelecimento do Território Antártico Britânico, além de expor considerações acerca das atividades científicas e de governança desenvolvidas pelos britânicos naquela região.

O Capítulo 4 traz a descrição da atuação geopolítica do Brasil em relação ao continente antártico, desde o tardio despertar de interesses brasileiros nas terras austrais; uma breve explanação acerca da Teoria da Defrontação e o flerte brasileiro com o territorialismo na Antártica; a adesão ao Tratado da Antártica e a condução das pesquisas científicas desde o início da década de 1980 até o ano de 2016.

Por fim, no Capítulo 5, é apresentada a conclusão do referido estudo, que tem por objetivo analisar, comparativamente, os interesses geopolíticos do Reino Unido e do Brasil em relação à Antártica, buscando comprovar a hipótese formulada.

---

<sup>1</sup> Neste trabalho será utilizada a seguinte definição para Geoestratégia: “é uma estratégia fundamentada na exploração sistemática das possibilidades oferecidas pelos grandes espaços em termos de extensão, de forma, de topografia, de recursos de toda ordem” (COUTAUBÉGARIE, 2010, p.571).

## **2 A GEOPOLÍTICA, A ANTÁRTICA E O REALISMO**

Após uma breve contextualização sobre o estudo que será desenvolvido, esta seção apresentará uma resumida definição acerca da ciência Geopolítica, sua gênese e as principais características que interagem e influenciam as posturas dos Estados. Em seguida, serão descritas algumas características do Continente Antártico propriamente dito, mais especificamente aquelas de cunho histórico e de valores geoestratégicos, científicos, políticos e econômicos, que se tornaram alvo de cobiça de diferentes Estados que, no caso deste estudo, referem-se aos interesses do Reino Unido e do Brasil em relação ao citado continente. Por fim, antes mesmo de tratar das influências de posturas geopolíticas em relação à Antártica, será desenvolvida, de forma sucinta, uma descrição da Teoria do Realismo e suas principais vertentes, as quais balizam o *modus operandi* dos Estados na defesa de seus interesses em relação a outros Estados, considerando o cenário anárquico reinante no Sistema Internacional.

### **2.1 A Geopolítica**

As raízes da Geopolítica remontam a uma época de observações sobre a influência da geografia na ação do homem sobre a Terra, que foi objeto da atenção de filósofos e sábios da antiguidade (MATTOS, 2007). Nessa época, o termo “Geopolítica” ainda não era utilizado, porém os estudos que se sucederam, sobre as interações do trinômio geografia-homem-Terra, possibilitaram o despertar para um horizonte acerca de uma nova “ciência” que estava por surgir.

O período do final do século XIX e início do século XX foi testemunha de um significativo progresso nos estudos das ciências sociais e geográficas. Neste período, surgiram obras, de diferentes autores, que faziam uma reflexão normativa sobre a intrínseca relação existente entre a política e a geografia, possibilitando o aparecimento sucessivo da Geografia Humana, da Geografia Política e, por último, da Geopolítica. Foi pelas mãos do cientista político sueco Rudolph Kjellen (1864 – 1922) que surgiu, em 1916, o termo “Geopolítica”<sup>2</sup>, apresentando

---

<sup>2</sup> O termo “geopolítica” surgiu pela primeira vez no livro “O Estado como Forma de Vida”, do original sueco “*Staten som Lifvsform*”, de Rudolph Kjellen (CASTRO, 1996, p. 22).

um formato de cenário vivo, dinâmico e prospectivo, transpassando o modelo estático e panorâmico da Geografia Política. Kjellen enxergava a Geopolítica como produto da interação dinâmica da política, geografia e da história, que deveria se desvencilhar das áreas de estudos das Ciências Geográficas para ocupar o seu lugar como um dos ramos da Ciência Política (MATTOS, 2007).

Firmada a autenticidade da nova ciência, a Geopolítica ficou basicamente dividida entre duas escolas pioneiras: a Escola Determinista, de origem alemã, e a Escola Possibilista, de criação francesa. A geopolítica determinista alemã foi criada baseada nas ideias de Friedrich Ratzel (1844 – 1904), que estabeleceu o conceito de “Lebensraum” (Espaço Vital), e Kjellen, nas quais realçam a influência dos fatores geográficos estáveis – espaço e posição – sobre a política. Já a geopolítica possibilista francesa, originária da influência do geógrafo Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918), pregava que o homem seria um ser ativo e transformador do meio físico, não aceitando a ideia de “fatalismo geográfico” da escola determinista (MATTOS, 2014). Segundo Mattos (2015), temos as seguintes considerações sobre a Escola Determinista e a Escola Possibilista, bem como suas diretrizes geopolíticas, já com um olhar para a região da Antártica:

[...] o arcabouço teórico da Geopolítica, justifica o interesse de países por novos territórios, [...] pela Antártica, [...] com grandes reservas de minerais estratégicos, e que defronta os três grandes oceanos do planeta, incluindo duas passagens de grande importância para o comércio marítimo mundial, a Passagem de Drake, entre o Atlântico Sul e o Pacífico Sul, e a Rota do Cabo, entre o Atlântico Sul e o Índico [...] com o olhar da Escola Determinista. Depois da partilha da África no final do século XIX, pelas principais potências europeias, a Antártica seria o último espaço físico no planeta ainda sem definição de soberania. Observando a questão do interesse pelo sexto continente, pela lente da Escola Possibilista, pode-se considerar que as severas condições ambientais daquele continente não seriam obstáculo para a presença do homem, caso viesse a ser do seu interesse, seja para as pesquisas científicas puras, seja para a exploração econômica das riquezas naturais lá existentes [...] (MATTOS, 2015, p.52 e 53).

Preliminarmente ao estudo das interações geopolíticas ocorridas em relação à Antártica, é necessário conhecer um pouco mais sobre o Sexto Continente, alguns de seus aspectos históricos e demais características, permitindo, a partir de então, a identificação de diversos motivos que desencadearam a gênese do interesse pelas terras antárticas e decorrentes ações desenvolvidas a partir de então. O conhecimento de tais aspectos torna-se um ponto fundamental para que seja possível a adequada compreensão do posicionamento adotado por diversos Estados, mais

particularmente dos interesses geopolíticos do Reino Unido e do Brasil no continente antártico, os quais são objetos do estudo em tela. Neste contexto, será descrito a seguir um resumo de algumas características da Antártica, percorrendo desde alguns antecedentes históricos até a identificação de suas principais riquezas, de forma que melhor possa se compreender a sua importância no cenário internacional.

## 2.2 A Antártica

Denomina-se Antártica (FIG. 1 e 2) um imenso platô de terras emersas, que constituem um bloco continental isolado coberto por uma espessa camada de gelo, de forma compacta e arredondada, praticamente com toda sua extensão situada dentro do Círculo Polar Antártico (66° 33' S), com duas reentrâncias de uma península que se aproxima do sul do continente sul-americano, estando separada deste pelo Estreito de Drake<sup>3</sup>, passagem marítima no Atlântico Sul como alternativa ao canal do Panamá para embarcações de grande calado (HENRIQUES, 1984). A Antártica é um verdadeiro continente com 13.661.000 km<sup>2</sup> - equivalente a 1,6 vezes a área do Brasil ou 10% das terras emersas do globo - onde já foram registradas temperaturas de -89°C e ventos de 327 km/h, com apenas 0,4% da área total livre de gelo, que concentra 80% da água doce do planeta (FERREIRA, 2009). Apesar da imensa quantidade de água em forma sólida, o continente antártico pode ser considerado uma espécie de deserto, uma vez que as taxas de precipitações lá registradas são inferiores às encontradas no Saara<sup>4</sup>.

De acordo com o disposto no anexo VI do Tratado Antártico, considera-se Região Antártica toda a área compreendida ao sul do paralelo 60° S de latitude, sendo esta a área de interesse delimitada como objeto do presente estudo.

<sup>3</sup> O Estreito de Drake é passagem marítima situada entre o extremo sul do continente americano e a Península Antártica. Foi descoberto em 1570 pelo português Nuno da Silva. (CASTRO, 1976, p.73).

<sup>4</sup> O deserto do Saara, no norte da África, o maior deserto quente do mundo. Pode-se chamar de deserto qualquer região estéril que sustente poucas formas de vida. Assim definido, são desertos, por exemplo, a Antártica e a Groenlândia. Comumente, porém, considera-se deserto uma região que é estéril por ser árida ou seca, como o deserto de Atacama, no Chile. Neles, é comum chover menos de 130 mm por ano, chuva que, além de ser pouca, cai de modo irregular. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Redes-Institucionais/Rede-de-Bibliotecas---Rede-Ametista/Canal-Escola/Desertos-1276.html>>. Acesso em 27 mai. 2016.



### 2.2.1 Antecedentes históricos

Historicamente, antes mesmo de terem sido avistadas terras na porção sul do planeta, é na Antiguidade Grega que surgem as primeiras alusões à existência de um Continente Austral. Os gregos estavam fundamentados na noção de existência de uma grande porção continental ao sul, que deveria contrabalançar a massa de terra existente no hemisfério norte e assim dar simetria e equilíbrio ao globo. Essa porção terrestre aparecia descrita em diversos mapas antigos como sendo a *Terra Australis Incognita*<sup>5</sup>, ora isolada, ora ligada à América ou à Austrália (FERREIRA, 2009).

Diferentemente do Ártico, cuja característica é integralmente de viés oceânico, a Antártica é uma imensa porção continental austral, uma verdadeira ilha no sul do planeta coberta por uma espessa camada de gelo, podendo ser considerada a maior ilha do mundo, uma vez que é rodeada pelos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, os quais a mantêm isolada da América do Sul, da África, da Ásia e da Oceania. Ocupando a 6ª posição em dimensões territoriais globais, a Antártica é um verdadeiro continente de superlativos. Apesar de não ser completamente inexpugnável, a Antártica foi a última porção de terra a ser descoberta pelo homem. Até o século XVII não há registro histórico sobre a presença do homem nas terras antárticas, ou mesmo próximo a elas, notadamente pelos enormes desafios a serem enfrentados, presentes no oceano que as circundam, que foi uma espécie de obstáculo natural contra a ação humana, porém o tempo iria permitir que as ambições do homem chegassem além de suas imaginações.

Estudiosos e historiadores têm sido incapazes de concordar sobre quem primeiro descobriu a Antártica e mesmo sobre quem primeiro navegou em águas antárticas. No início das navegações no Atlântico Sul e no sudeste do Pacífico, era muito comum de serem avistados icebergs à deriva pelos navios, sendo muitas das vezes, os de grande porte, confundidos com ilhas. Há até mesmo uma suspeita entre cartógrafos de que Colombo levou consigo, em sua primeira viagem ao Novo Mundo, um mapa da costa antártica. Em que pese a indefinição sobre o pioneirismo na navegação

---

<sup>5</sup> Algumas destas representações gráficas podem ser visualizadas em TOOLEY, R.V. *Early Antarctica – a glance at the beginnings of cartographic representation for the South Polar Regions*. The Map Collector's Circle, 1963. Disponível em: <<http://www.antarctic-circle.org/tooley.htm>>. Acesso em 27 mai. 2016.

em águas austrais e suas diversas discussões, doravante este estudo passará a tratar do despertar de interesses da humanidade em relação às terras antárticas.

### **2.2.2 O despertar de interesses dos Estados – Uma Bússola para a Antártica**

Foi por meio do caminho aberto pelos navegadores portugueses nos séculos XV e XVI, nas chamadas “Expedições Descobridoras”, que diversas descobertas ocorreram, entre elas o Estreito de Drake, sendo possível, a partir de então, estabelecer um caminho para se atingir o Continente Antártico. Não obstante a descoberta deste estreito, ainda seria necessário o estabelecimento de alguns *trampolins*, ou seja, ilhas oceânicas e arquipélagos subantárticos, para se atingir a inexplorada Antártica. Da mesma forma que abriu os oceanos para os Estados navegarem, Portugal também abriu as portas dos mares austrais ao mundo. As Ilhas Geórgia do Sul<sup>6</sup>, inicialmente denominadas em documentos oficiais como sendo as Ilhas Grandes do Rocha, avistadas pela primeira vez em 1502 por Américo Vespúcio (1454 – 1512), foram então prontamente consideradas como um dos pontos mais avançados na direção do Continente Gelado. A descoberta destes pontos geográficos foi importante para balizar a chegada do homem nas terras austrais, porém este não era o objetivo dos navegadores nessa época. Vale ressaltar que estas “Expedições Descobridoras” eram pautadas no interesse estritamente comercial e não possuíam nenhuma relação com a Antártica. Já no decorrer do século XVIII, as chamadas “Expedições Descobridoras” deram lugar às “Expedições Científicas”, sendo estas a serviço da estratégia, com a França e o Reino Unido passando a ocupar os postos de protagonistas em tais expedições rumo à região austral, substituindo Portugal e Espanha como rivais na disputa dos mares (CASTRO, 1976).

---

<sup>6</sup> As Ilhas Geórgia do Sul encontram-se posicionadas aos 54° de latitude Sul e 37° de longitude Oeste e pertencem às *Falklands Dependency*. Sua capital hoje é Grytviken, na Baía de Cuberland, antiga estação baleeira, que passou a abrigar uma pequena população permanente (AZAMBUJA, 1980, p.13).

O interesse científico pelas regiões polares surgiu no Império Austro-Húngaro, em 1880, após a quase completa exploração científica realizada no continente africano ratificada pela Conferência de Berlim<sup>7</sup> (MENEZES, 1982).

Na gênese das navegações no azimute do Continente Antártico, o interesse dos Estados estava centrado inicialmente com a exploração e caça de focas e baleias, uma vez que os relatos das primeiras viagens exploratórias às altas latitudes meridionais eram leitura garantida entre comerciantes de peles de foca e óleo de baleia (FERREIRA, 2009). Com relação às focas, havia uma redução drástica de sua população na região do Ártico, o que levou os caçadores e pescadores a buscarem uma alternativa nas águas austrais. No caso das baleias, a então indústria baleeira buscava insumos para sua produção, uma vez que o óleo de baleia servia para iluminação, lubrificação e como matéria-prima para usos diversos, até mesmo na construção civil, bem como seus ossos serviam para a confecção de diferentes utensílios. Mesmo quando o petróleo passou a substituir o óleo de baleia, a indústria baleeira manteve-se ativa como fornecedora de ração animal e também de glicerina (FERREIRA, 2009).

### **2.2.3 As riquezas naturais do Continente Antártico**

A Antártica fornece dados para a geologia, biologia, oceanografia, sismologia, cartografia, geofísica e física da estratosfera. É preciso insistir na importância fundamental das regiões antárticas do ponto de vista meteorológico, pois elas exercem uma influência determinante nos fenômenos do hemisfério austral e até uma parte do hemisfério boreal, em razão do turbilhão circumpolar austral, da corrente antártica circumpolar e das convergências antárticas e subantárticas. [...] A Antártica é considerada por aqueles que a conhecem como a grande reserva de que dispõe a humanidade. [...] além de um excelente laboratório natural, é também um campo econômico muito rico. Como laboratório natural, ela poderá fornecer preciosas indicações a outras regiões econômicas do globo (MOREIRA, 1982, p.7).

De forma que se possa melhor compreender o real valor científico e econômico dos recursos naturais e a importância geoestratégica da Antártica é de suma importância observar que as riquezas ali presentes não são exclusivas da massa polar continental, mas também devem

<sup>7</sup> A Conferência de Berlim ocorreu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 e decidiu sobre a repartição política do continente africano. Disponível em: < <https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/2-uncategorised/703-congresso-de-berlim.html>>. Acesso em 26 mai. 2016.

abranger toda a massa líquida circundante, as águas antárticas, e o conjunto de ilhas nessa região, as quais são guardiãs de uma grande reserva de recursos naturais renováveis e não renováveis.

Dentre os recursos renováveis, além de musgos e líquens, pode-se destacar a existência das algas, as quais desempenham um importante papel no ecossistema daquela região, agindo em prol da oxigenação da água, além de servir como fonte de matérias orgânicas na base da cadeia alimentar. Outro recurso vivo existente na região é o Krill<sup>8</sup>, considerado uma potencial fonte econômica, além de possuir um papel de destaque no equilíbrio ecológico. Ainda na parte marítima, a fauna é representada por uma grande diversidade de peixes, com mais de 200 diferentes espécies, que sugere uma importante fonte de alimento para a população mundial, além de outros animais do mar como os espadartes, os calamares gigantes, os tubarões e as focas. No caso das baleias, sua importância econômica já foi ressaltada na seção anterior, notadamente representada pelos interesses na produção do óleo de baleia, um apreciado recurso energético.

No que tange aos recursos não renováveis, estudos realizados evidenciaram a ocorrência de 170 minerais entre eles o petróleo (na plataforma continental), ouro, prata, cobre manganês, ferro, carvão, e urânio (FIG. 3 e 4). No caso do petróleo, sua futura exploração poderá ser bem difícil fruto dos desafios naturais a serem superados, em especial em função de tais reservas estarem cobertas por espessas camadas de gelo na porção continental, aliado ao risco que as embarcações ficam expostas pela presença de *icebergs* que se desprendem do continente e dos fortes ventos reinantes na região (NUNES, 2005). Em que pese a remota possibilidade de exploração de petróleo na região antártica, tal atividade encontra-se proibida por força do Protocolo de Madri<sup>9</sup>.

Outro recurso mineral de grande importância presente no continente austral é a água doce, sendo a Antártica o “maior depósito natural do planeta”. A superfície terrestre é coberta por 3/4 de água, sendo 90% deste volume de água salgada, ou seja, apenas 10% desse quantitativo é de água

<sup>8</sup> Krill é um tipo de crustáceo que mede até 5cm de comprimento, bem similar ao camarão e que possui alto valor proteico (NUNES, 2005, p. 25)

<sup>9</sup> O “Protocolo de Madri” ou “Protocolo do Meio Ambiente” é o Protocolo sobre Proteção Ambiental do Tratado da Antártica, assinado em 1991 e que entrou em vigor em 1998. Disponível em: <[http://www.ats.aq/documents/recatt/Att006\\_e.pdf](http://www.ats.aq/documents/recatt/Att006_e.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2016.

doce, que basicamente encontra-se nas geleiras, nos rios, lagos e na Antártica, “que detém 80% desse líquido precioso” (NUNES, 2005).

A existência de uma diversidade de recursos renováveis e não renováveis conferem à Antártica uma importante posição do ponto de vista econômico no cenário internacional, fazendo com que a mesma seja alvo de interesse pela conquista e exploração de tais recursos. Em que pese a potencialidade de exploração dos recursos minerais, notadamente o petróleo e demais minérios, os quais possivelmente poderão vir a fomentar uma disputa comercial futura, no decorrer dos anos já se observa a presença de diferentes Estados desempenhando atividades exploratórias de alguns recursos naturais, como no caso das focas e baleias.

Mais recentemente, países como a Argentina e Austrália, solicitaram a extensão de suas plataformas continentais junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas (CLCS)<sup>10</sup>, considerando as suas respectivas prévias reivindicações territoriais no continente antártico, como se tais porções já fizessem parte de seus territórios, apesar de terem aderido ao Tratado da Antártica, que por força do seu artigo IV, impõe às partes contratantes a renúncia de direitos previamente invocados ou pretensões de soberania territorial na Antártica. A possibilidade de exclusividade na exploração do solo e subsolo marinho austral, mais precisamente de todas suas riquezas já conhecidas e suas potencialidades, certamente está inserida nos interesses dos diversos países que flertam com as terras e águas antárticas. Estas ações reafirmam a relevante posição de cunho econômico ocupada pela Antártica em relação ao contexto mundial, não obstante o seu valor geoestratégico, que será tratado a seguir.

#### **2.2.4 A importância geoestratégica**

A massa líquida que circunda a Antártica compreende os três maiores oceanos do mundo, o Atlântico, o Índico e o Pacífico. Esta porção oceânica isola o continente antártico da América do Sul, da África e da Austrália, criando dessa forma a necessidade de acesso pela via marítima para

<sup>10</sup> Informações gerais sobre as submissões de extensão de plataforma continental, pleiteadas pelos diversos países junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, por meio da Secretaria Geral das Nações Unidas, podem ser encontradas em: <[http://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/commission\\_submissions.htm](http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm)>. Acesso em 27 mai. 2016.

que seja possível alcançar seu território, além da própria via aérea. De forma análoga, a Antártica acaba se tornando uma espécie de pivô das rotas marítimas comerciais do Hemisfério Sul, uma vez que defronta as principais linhas de comunicações marítimas existentes na porção meridional dos citados oceanos. Esta região tornar-se-ia mais geoestrategicamente relevante no caso de uma eventual obstrução à navegação dos Canais do Panamá<sup>11</sup> e de Suez<sup>12</sup>, acarretando na compulsória substituição destas rotas por aquelas que circundariam o extremo sul dos continentes americano e africano, mais especificamente pelos Estreitos de Drake e de Magalhães e pela rota do Cabo, respectivamente (FIG. 5).

Outro ponto a ser ressaltado é em relação à ocupação das ilhas subantárticas, que tem ligação direta com o viés geoestratégico, uma vez que podem vir a serem utilizadas com eficientes bases aéreas, em que pese os desafios que porventura possam ser enfrentados para a operacionalização eficiente de tais aeródromos.

Segundo Castro (1976), temos a perfeita identificação dos objetivos do homem em relação às terras antárticas: “Por interesses econômicos e científicos chegaria o homem às regiões geladas; por interesses econômicos e, sobretudo estratégicos passariam as nações a disputar as regiões polares” (CASTRO, 1976, p.80).

Notadamente os interesses econômicos, de forma pioneira, e, num segundo momento, os interesses científicos e geoestratégicos balizaram a jornada do homem em direção à Antártica. Nesse contexto, faz-se mister relacionar a ambição humana nas terras geladas com um referencial teórico adequado de sustentação, por meio do qual poderá ser compreendida a interação dos Estados na defesa de seus interesses em relação ao Continente Austral. Diante desse fato, a próxima seção apresentará uma breve contextualização da Teoria do Realismo e sua correlação com ambição da ocupação das terras antárticas, mais especificamente do Reino Unido, como Estado pioneiro e, posteriormente o Brasil. A partir de então serão analisadas as diferentes

<sup>11</sup> O Canal do Panamá, de propriedade e administrado pela República do Panamá, é um canal marítimo que liga os oceanos Atlântico e Pacífico por meio do estreito do Panamá. Disponível em: <<http://global.britannica.com/topic/Panama-Canal>>. Acesso em 30 mai. 2016.

<sup>12</sup> O Canal de Suez é uma hidrovia ao nível do mar, localizada no istmo de Suez, no Egito, que conecta o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho. O canal separa o continente africano da Ásia e possibilita uma rota marítima mais curta entre a Europa e as terras que se encontram no entorno dos oceanos Pacífico e Índico. Disponível em: <<http://global.britannica.com/topic/Suez-Canal>>. Acesso em 30 mai. 2016.

posturas adotadas por cada um destes Estados, suas principais realizações em relação à Antártica e ações em curso no início do século XXI.

### **2.3 O Realismo e a ambição dos Estados na ocupação e exploração da Antártica**

As atuações dos Estados em relação às questões antárticas foram desenvolvidas ao longo dos anos, desde a fase das expedições descobridoras, passando pelo cooperativismo da fase científica, até competição pelos interesses econômicos e geoestratégicos como norteadores do comportamento, influenciadas por uma das correntes do pensamento político clássico, denominada de Teoria do Realismo. Nesta seção serão apresentados os ideais desta teoria, de forma que se possa melhor compreender as ações conduzidas pelos Estados interessados na Antártica, mais particularmente aquelas ações desenvolvidas pelo Reino Unido e pelo Brasil na região austral.

O Realismo<sup>13</sup> é reconhecido como a corrente teórica dominante nas Relações Internacionais, quando aponta de forma específica a análise da ordem mundial, seu caráter e comportamento, bem como as motivações dos atores nela inseridos (PECEQUILO, 2010). A origem clássica do Realismo é fruto do trabalho de Tucídides<sup>14</sup> na Grécia Antiga, *História da Guerra do Peloponeso*, no qual analisou as origens, motivações e dinâmica do relacionamento entre Atenas e Esparta, confeccionando os princípios do Equilíbrio de Poder.

Ampliando esta definição, Thomas Hobbes (1588-1679) nos apresenta o Realismo Clássico, princípio fundador das Relações Internacionais e de suas diversas teorias. Para Hobbes, os homens nascem iguais, possuem os mesmos direitos e capacidades, buscando garantir sua sobrevivência e seus interesses. Ele define o chamado “estado de natureza” como um cenário de guerra de todos contra todos, onde cada indivíduo estará em disputa com outros (o homem como lobo do homem), visando seus interesses e gerando uma situação de guerra permanente. De modo a evitar o “estado natural” de violência de todos contra todos, os indivíduos em uma sociedade

<sup>13</sup> A ideia inicial da interpretação da Teoria do Realismo foi extraída de um texto já publicado pelo autor. Fonte: *Uma Tempestade de Mudanças no Cenário Europeu no Ocaso do Século XIX e no Alvorecer do Século XX. A inevitabilidade da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918)* (GÓES, 2016).

<sup>14</sup> Historiador da Grécia antiga que viveu em Atenas na segunda metade do século V A.C. Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/people/3796>>. Acesso em 27 mai. 2016.

deveriam abrir mão de parte de suas soberanias naturais em nome do “Leviatã”, o Estado, que representará a constituição de um organismo soberano, com capacidade de mando e controle sob uma população dentro de um determinado território a partir do estabelecimento de um governo legítimo e centralizado, garantindo a estabilidade no interior dos limites de sua soberania. O Estado defende seus interesses internos e tenta impor aos demais Estados suas vontades no âmbito externo, valendo-se da inexistência de um órgão controlador no cenário mundial, um “Leviatã Internacional”. Cada Estado, como cada homem, visa sua sobrevivência, autonomia e interesses, almejando poder, glória e prestígio (PECEQUILO, 2010). O Realismo tem sido a tradição dominante no pensamento sobre a política internacional. Para o realista, o problema central da política internacional é a guerra e o uso da força e os atores principais são os Estados (NYE JR, 2002).

No campo da interação interestatal, observamos o surgimento de um mecanismo do Realismo político, a Teoria do Equilíbrio de Poder, que foi antecipada por Tucídides e encontrou seu tipo ideal no cenário europeu dos séculos XVII a XIX. Esse sistema foi organizado no Congresso de Viena<sup>15</sup>, em 1815, permanecendo com ajustes e modificações até o início da Primeira Guerra Mundial (1ªGM) (1914 – 1918) (PECEQUILO, 2010). Ainda segundo Pecequilo, apresentam-se mais algumas considerações acerca desta teoria:

As formulações do equilíbrio de poder partem das concepções mais básicas da teoria clássica de que os Estados Nacionais, como entidades soberanas e sem nenhuma autoridade acima da sua, atuam no sistema para preservar sua independência e aumentar seu poder, em um cenário de anarquia. Diferentemente do caso doméstico onde “pactos” podem ser estabelecidos para controlar a competição por meio da delegação e abdicação de liberdades e motivações individuais a uma instância superior que administre e coordene os relacionamentos, o sistema internacional não possui qualquer princípio organizador, ou entidade superior aos Estados, capaz de dirigir o conflito. Cada Estado está liberado e destinado a garantir sua sobrevivência em um ambiente hostil, frente a adversários semelhantes de mesmos objetivos e que podem ter capacidades maiores, menores ou iguais às suas (PECEQUILO, 2010, p. 122).

<sup>15</sup> O Congresso de Viena ocorreu na capital austríaca entre novembro de 1814 e junho de 1815, onde participaram os representantes de todos os Estados envolvidos nas guerras napoleônicas. Os termos da paz foram estabelecidos com a assinatura do Tratado de Paris, em 30 de maio de 1814, onde se estabeleciam, entre outras questões, as indenizações a pagar pela França aos países vencedores. Durante o Congresso foram assinados 17 tratados, acordos e regulamentos sobre matérias anexas. O ato final do Congresso de Viena foi assinado em 09 de junho de 1815, por todos os representantes, com exceção da Espanha, por causa da restituição de Olivença. Disponível em: <<https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/2-uncategorised/702-congresso-de-viena.html>>. Acesso em 27 mai. 2016.



A teoria do Equilíbrio de Poder se apresenta então como o mecanismo fundamental do Realismo político, artifício este necessário ao Estado, não visando apenas a conquista da paz, mas sim objetivando a prevenção do surgimento de um poder único que possa vir a subjugar os demais, de forma que seja garantida sua independência e sobrevivência. Em essência, tal equilíbrio se mantém por meio da competição entre os Estados, mais ou menos semelhantes, que acabam mutuamente se anulando na medida em que cada um está em busca de seus interesses, promovendo um autocontrole equitativo entre as unidades de poder.

#### **2.4 Conclusões Parciais**

A fundamentação teórica da Geopolítica, seja ela da Escola Determinista alemã ou da Escola Possibilista francesa, dá sustentação suficiente para as aspirações dos Estados na Antártica. Pelo fato de ter sido o último continente a ser descoberto pelo homem e, até então, corresponder ao derradeiro conjunto de terras emersas sobre as quais ainda não existem definições de soberania no planeta, a Antártica tornou-se alvo dos interesses de diversos Estados e organismos internacionais, sendo suas ações balizadas pelas benesses das pesquisas científicas, pela possibilidade exploração econômica de suas riquezas naturais ou até mesmo pela possibilidade de serem formuladas reivindicações territoriais e/ou de soberania sobre as terras austrais.

A Antártica, em função das suas diversas riquezas aqui apresentadas, bem como pela sua importância econômica e estratégica, é alvo de cobiça pelos Estados na mais pura visão realista, seja por parte daqueles que reivindicam soberania territorial neste continente, como é o caso do Reino Unido, que será descrito a seguir, bem como daqueles que defendem sua internacionalização, para fins pacíficos e científicos, certamente motivados pela diversidade de recursos lá existentes e seu considerável valor geoestratégico nos mares do sul do planeta.

Neste contexto, o próximo capítulo apresentará as principais considerações acerca do interesse geopolítico do Reino Unido no continente antártico, tendo como suporte os fundamentos teóricos apresentados nesta seção.

### **3 A GEOPOLÍTICA DO REINO UNIDO EM RELAÇÃO À ANTÁRTICA**

O interesse do Reino Unido em relação às terras antárticas tem gênese nas expedições marítimas iniciadas a partir do século XVIII, com a ambição expansionista do então Império Britânico, que veio a tornar-se um imponente império ultramarino. De forma que seja possível identificar as aspirações mais recentes do Reino Unido no que tange ao viés geopolítico em relação à Antártica, faz-se mister que seja verificada a trajetória percorrida, desde a descoberta daquelas terras, passando pelo início de sua exploração e demais ações, por parte dos britânicos, decorrentes dessas viagens expedicionárias.

#### **3.1 As primeiras expedições britânicas e a chegada ao Continente Antártico**

Na vanguarda das “Expedições Científicas”, a primeira viagem ficou a cargo do inglês John Byron (1723 – 1786), realizada entre os anos de 1764 e 1766. Valendo-se de mapas de seus antecessores piratas, Byron se aventurou pela região do Estreito de Magalhães, onde encontrou uma diversidade de labirintos, canais e ilhas, impossibilitando que fosse confeccionada uma carta detalhada, em função da complexidade geográfica da região. Essa expedição foi seguida de uma outra realizada pela França que, apesar do caráter científico, estava intimamente ligada ao propósito estratégico (CASTRO, 1976).

Uma das primeiras viagens realizada pelo capitão britânico James Cook (1728 – 1779) ocorreu entre os anos de 1768 e 1771, a bordo da pequena embarcação HMS “Endeavour”, levando um grupo de cientistas rumo ao Tahiti, com o propósito de observar a passagem de Vênus pelo Sol. Na verdade, Cook possuía instruções secretas para esta viagem que era buscar no Pacífico Sul uma terra mística chamada de “Grande Terra do Sul” e reivindicá-la em favor do Reino Unido. Cook falhou nesse objetivo e não alcançou o continente, porém outras expedições estavam sendo planejadas (DAY, 2012).

Os interesses científicos do Reino Unido na região antártica tornaram-se mais amiúdes, fato este ratificado pelo financiamento proporcionado pela *Royal Society of London* ao Capitão

James Cook para que fossem realizadas outras três expedições na região austral entre os anos de 1772 e 1776 (CASTRO, 1976).

Segundo Azambuja (1980), James Cook, em seu famoso relato “Viagem em direção ao Polo Austral e ao Redor da Terra (1772 - 1775)”, cita o objetivo do seu segundo périplo navegatório como:

Esta viagem teve como objetivo averiguar se a parte desconhecida do hemisfério austral encerrava um vasto continente, e, no caso afirmativo, fazer aí descobertas e precisar aquilo que havia ainda de incerto nas anteriormente feitas por outros navegadores (AZAMBUJA, 1980, p.79).

Em julho de 1772, Cook iniciou uma nova expedição rumo às águas geladas do Sul, utilizando desta vez dois outros navios, o HMS “Resolution” e o HMS “Adventure” (DAY, 2012). No período de 1772 a 1775, Cook realizou uma viagem de circunavegação do globo (FIG. 6), atingindo altas latitudes do Hemisfério Sul, alcançando também as Ilhas Sandwich do Sul, ampliando o conhecimento extremamente limitado existente até então sobre a região antártica. Apesar de ter conseguido atravessar várias vezes o Círculo Polar Antártico, em latitudes superiores a 71° Sul, ele não conseguiu avistar o continente (MENEZES, 1982). De acordo com Azambuja (1980), ao se referir à sua incursão exploratória pelos mares gelados ao redor do Polo Austral, em busca de um continente que deveria situar-se além do Círculo Polar Antártico, Cook afirmara que seria impossível alguém conseguir ir mais longe do que ele (71° 10` de latitude Sul), admitindo que fosse impraticável de se pisar naquele continente, que estava condenado pela natureza à eterna letargia das neves.

A partir desta viagem, até o ocaso do século XIX, o Continente Austral foi alvo de uma diversidade de viagens exploratórias ao seu litoral, principalmente pelo Império Britânico, até então o mais extenso do planeta. As águas antárticas, bem como o próprio continente, passaram também a serem utilizadas para a caça e pesca comercial de focas e por baleeiros. Nesse período, atribui-se a descoberta das Ilhas Shetlands do Sul ao capitão William Smith (1790 – 1847), que alterou seu rumo quando navegava em torno do Cabo Horn em 1819 e avistou estas ilhas. Devido ao grande número de animais marinhos que foram avistados ao redor das ilhas, o Reino Unido

decidiu enviar Smith de volta ao local para investigar. Nesta viagem estava a bordo do navio um Oficial da Marinha britânica, Edward Bransfield (1785 – 1852), que explorou e mapeou a região durante dois meses. Acredita-se, então, que, em 1820, Smith e Bransfield tenham sido as primeiras pessoas que efetivamente avistaram o continente antártico propriamente dito (UNITED KINGDOM, 2012). Bransfield é tido pelos britânicos como pioneiro<sup>16</sup>, porém o mesmo não despertou interesse em atingir a costa do continente desconhecido e nem sequer avaliou a importância estratégica da descoberta (HENRIQUES, 1984).

No ano de 1841, James Clark Ross (1800 – 1862), experiente navegador britânico nas águas do Ártico, onde já havia descoberto o pólo magnético boreal, descobriu também a porção de costa mais acessível do continente antártico, pelo agora chamado de Mar de Ross, situado no lado oposto à Península Antártica e ao Mar de Weddell (MOREIRA, 1982). A chegada ao continente estava enfim balizada para os futuros exploradores. A partir de então, diversas outras expedições, de diferentes nacionalidades e propósitos, se sucederam de modo a explorar e pesquisar o continente gelado, tendo destaque aquelas que disputavam a corrida para alcançar o Polo Sul da Terra. O britânico Robert F. Scott (1868-1912) atingiu os 90 graus de latitude Sul em janeiro de 1912, tendo sido superado pelo norueguês Roald Amundsen (1872-1928) que, em 14 de dezembro de 1911, foi o primeiro homem a atingir o tão sonhado Polo Sul. Durante o regresso desta expedição, Scott e seus companheiros faleceram na calota de gelo antártico (AZAMBUJA, 1980).

## **3.2 A reivindicação territorial do Reino Unido, o Tratado da Antártica e o Território Antártico Britânico**

### **3.2.1 O pleito territorial do Reino Unido**

Antes mesmo da intensa corrida ao Polo Sul que se desenrolou no início do século XX, a questão territorial já havia sido germinada anteriormente pelos britânicos. Em 1831, uma expedição chefiada pelo Capitão John Biscoe (1794 – 1843) se fez ao mar rumo às águas austrais.

---

<sup>16</sup> Essa posição britânica não é um consenso entre alguns autores. Segundo DAY (2012, p.22), foi Fabian Bellingshausen, comandante de uma expedição russa, quem primeiro avistou o continente antártico, em 28 de janeiro de 1820.

Após alcançar algumas ilhas, Biscoe chegou próximo da Península Antártica, em 21 de fevereiro de 1832, nomeando o lugar de “*Graham Land*”, em homenagem ao 1º Lord do Almirantado britânico. Em seus registros, Biscoe escreveu: “Eu tomo posse desta terra em nome da Sua Majestade, o Rei Willian IV”. Esta foi a primeira reivindicação territorial no continente Antártico, notadamente realizada pelo então Império Britânico (DAY, 2012, p.52).

Foi a partir de meados do século XIX que se iniciou o despertar da atração dos governos, no rastro das expedições científicas, para a importância política e econômica da Antártica, surgindo então as consequentes discussões acerca dos assuntos de soberania para aquela região, que veio a se tornar alvo de cobiça e conflitos de interesses internacionais. Nesse contexto, o Reino Unido foi quem figurou como o Estado pioneiro a olhar para a Antártica num sentido mais amplo e utilitário, com um despertar geopolítico, fundamentando seus direitos sobre a região no feito de Robert F. Scott (MENEZES, 1982). Segundo Azambuja (1980), temos assim descrita a conexão entre a ciência e os atos jurídicos do Reino Unido em relação à Antártica:

As expedições científicas seriam, pois, a vanguarda dos procedimentos políticos e, já de posse das verdadeiras dimensões do continente, toma também conhecimento de suas perspectivas a Inglaterra [sic], ingressando numa segunda etapa do processo histórico antártico, qual seja a dos atos de jurisdição na desolada região (AZAMBUJA, 1980, p.247).

Entre 1908 e 1940, sete países – Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Reino Unido e Nova Zelândia – declararam unilateralmente soberania sobre partes do Continente Antártico. Para fundamentar tais reivindicações, segundo Silva (1987), os países elaboraram diversas teorias, entre elas a “Teoria da Descoberta”, a “Teoria Contiguidade e da Continuidade”, a “Teoria dos Quadrantes”, a “Teoria da Ocupação Efetiva”, a “Teoria dos Setores” e a “Teoria da Defrontação”. Esta última será discutida de forma ampliada no próximo capítulo deste estudo, pois tem relação direta com o caso brasileiro.

O Reino Unido, primeiro Estado a reivindicar uma porção do território austral, elaborou a Teoria da Descoberta<sup>17</sup>, ainda que boa parte dessa iniciativa tenha se dado não exatamente na Antártica, mas em ilhas da região subantártica. Em sua reivindicação de soberania na Antártica de

<sup>17</sup> A Teoria da Descoberta estabelece que as terras antárticas devem pertencer aos países cujos nacionais pretensamente as descobriram e exploraram (SILVA, 1987, p. 22).

1908, os britânicos a fizeram sobre uma porção na região do Mar de Weddel, incluindo as Ilhas Falklands e uma parte da Patagônia. Esse não era o território mais explorado por britânicos (a Plataforma de Ross), mas um ótimo território de caça à baleia e incluía a estratégica passagem do Drake (FERREIRA, 2009). Tal reivindicação foi documentada por meio de uma Carta Patente expedida em 21 de julho de 1908, que incluía as disposições para a administração da região da Península Antártica, porção esta que ficou conhecida como a Dependência das Ilhas Falklands ou *Falklands Island Dependencies* (FID), conforme descrito a seguir:

Considerando que o grupo de ilhas conhecidas como Ilhas Geórgia do Sul, Ilhas das Orcadas do Sul, as Ilhas Shetlands do Sul e Ilhas Sandwich, e o território conhecido como Terra de Graham, situados no Oceano Atlântico Sul, ao sul do Paralelo 50° de latitude Sul, e que se encontram entre os 20° e 80° de longitude oeste, são parte de nossos domínios, é conveniente e necessário prever para o seu governo como sendo a Dependência das Falklands<sup>18</sup> (UNITED KINGDOM, 1908, tradução nossa).

Esta declaração veio a ser interpretada com certo grau de ambiguidade pela Argentina e pelo Chile, dando uma impressão de que o Reino Unido estava reivindicando parte de territórios destes Estados, situado ao sul do paralelo de 50° de latitude. Por esse motivo, em 28 de março de 1917, foi emitida uma nova Carta Patente pelo governo britânico que delimitava com maior precisão as porções de territórios e ilhas em questão. Desta forma, a FID foi subdividida em dois novos grupos, sendo o primeiro abrangendo os arquipélagos das Ilhas Orcadas do Sul, Ilhas Geórgia do Sul e Ilhas Sandwich do Sul (FIG. 7), e o segundo grupo composto pelas Ilhas Shetlands do Sul e a Península Antártica (FIG. 8) (CASTRO, 1976).

O interesse territorial britânico na região antártica vai além das questões científicas e econômicas, justificado pelo posicionamento estratégico da Península Antártica e o do Estreito de Drake em relação à rota de navegação alternativa no Atlântico Sul, em face de uma possível obstrução do canal do Panamá. Outra questão que reafirma o interesse estratégico do Reino Unido na região refere-se à preocupação com rotas aéreas através do continente antártico, ou de ilhas subantárticas, como recurso bélico, em substituição à rota oceânica do norte, fato este corroborado

<sup>18</sup> Do original: "Whereas the group of islands known as South Georgia, the South Orkneys, the South Shetlands, and the Sandwich Islands, and the territory known as Graham's Land, situated in the South Atlantic Ocean to the south of the 50th parallel of south latitude, and lying between the 20th and the 80th degrees of west longitude, are part of our Dominions, and it is expedient that provision should be made for their government as Dependencies of our Colony of the Falkland". Disponível em: <[http://journals.cambridge.org/download.php?file=%2FPOL%2FPOL5\\_35-36%2FS003224740003792Xa.pdf&code=45cf1edcbce76f94a8274c4fdfabca59](http://journals.cambridge.org/download.php?file=%2FPOL%2FPOL5_35-36%2FS003224740003792Xa.pdf&code=45cf1edcbce76f94a8274c4fdfabca59)>. Acesso em 06 abr. 2016.

pelo acordo firmado entre os britânicos e França, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, sobre a navegação aérea na Antártica, que criou uma linha entre a cidade do Cabo e Sydney, cruzando a Terra de Adélia (CASTRO, 1976).

Mas não era apenas o Reino Unido o único interessado em territórios no continente gelado. Outros Estados também fariam reivindicações semelhantes, e até mesmo conflitantes com o interesse britânico, como será apresentado a seguir.

### **3.2.2 As reivindicações territoriais de outros Estados e a “Operação Tabarin”**

Da mesma forma que o Reino Unido manifestou interesse nas terras geladas austrais, outros Estados também fizeram parte da concorrência por territórios naquela região. Dentre estas reivindicações, as que mais têm influência em relação ao pleito britânico são as da Argentina e do Chile. Ambos os Estados emitiram decretos reivindicando seus respectivos territórios antárticos, que se encontram sobrepostos, em grande parte, à fatia territorial reclamada pelo Reino Unido (FIG. 9, 10 e 11). Argentinos e chilenos não chegaram a um acordo entre si sobre os limites dos seus territórios reivindicados na Antártica, embora permanecessem unidos no sentido de desacreditar o pleito britânico sob o argumento da existência de uma “Antártica Sul-Americana”, onde então seriam possuidores de exclusividade de direitos de soberania naquela região (FERREIRA, 2009). Mattos (2015) nos traz uma reflexão acerca dessa disputa como a seguir descrito:

A Segunda Guerra Mundial (2ªGM) (1939-1945) acabou por reduzir bastante as expedições para a Antártica, mas não impediu que em 1940 Argentina e Chile, que estavam neutros no conflito, viessem a formalizar seus interesses territoriais no continente. As respectivas áreas pretendidas possuíam coincidências entre si e, em parte, com o território reivindicado pelo Reino Unido, todos considerando a importante Península Antártica como pertencendo a seus países (a maioria das estações científicas na Antártica está localizada na Península). Foi o início de um período de sérios problemas entre esses três países em relação a essas áreas [...] A Argentina e o Chile não se entenderam quanto aos limites de suas respectivas áreas, mas ambos concordaram que o Reino Unido não deveria ter direito à região reivindicada, pois, segundo eles, a Península Antártica fazia parte geológica e geograficamente da América do Sul (MATTOS, 2015, p.90).

Ainda segundo Ferreira (2009, p.30), as reivindicações territoriais antárticas, sem exceção, não são reconhecidas pela comunidade internacional, a não ser entre os países territorialistas<sup>19</sup>. Todas as reivindicações partem da premissa que a Antártica é *res nullius*, ou seja, o continente não pertence a ninguém e seria passível de apropriação, parcial ou total, bastando que um Estado estabelecesse lá soberania. Em contraposição, há quem defenda para a Antártica a aplicação do princípio *res communis*, ou seja, o continente seria espaço comum a todos, não suscetível à soberania, a exemplo do que ocorre com o alto-mar.

Além dos interesses chilenos e argentinos, observou-se também a cobiça das terras geladas por outros Estados. Nos anos imediatamente anteriores ao início das hostilidades que originaram a 2ªGM, os EUA e a Alemanha lançaram expedições em direção ao continente antártico. Combinando o conflito de interesses territorialistas britânicos, principalmente, em relação à Argentina, que na época apresentava um alinhamento com a Alemanha nazista e poderia por em risco as aspirações britânicas na região, com as ações estadunidenses e alemãs em direção à Antártica, o Reino Unido iniciou uma expedição secreta, que se tornou uma parte vital para o entendimento da cronologia da reivindicação territorial deste Estado naquele continente: a “Operação Tabarin”<sup>20</sup> (HADDEELSEY, 2014).

A “Operação Tabarin” foi elaborada pelo governo britânico em 1943 com o propósito inicial de proteger as águas da Antártica contra “*raiders*” inimigos, tendo sido desenvolvida no período de 1944 a 1946. A intenção original era de criar duas bases: uma para proteger a Ilha Deception e a outra para ocupar uma posição sobre a Península Antártica. Apesar do propósito inicialmente divulgado pelos britânicos, o que realmente estava por trás desta missão era o interesse do Reino Unido em reforçar as suas reivindicações para a soberania na região antártica. Mesmo que a missão principal possuísse um viés político, era notório que as bases poderiam fornecer uma plataforma para a investigação científica, que serviram de disfarce para o intuito

<sup>19</sup> Países Territorialistas - Estados que apresentavam ambições territoriais no Continente Antártico, sendo eles: Argentina, Austrália, Chile, França, Nova Zelândia, Noruega e Reino Unido.

<sup>20</sup> A “Operação Tabarin” foi a única expedição Antártica que foi lançada por um dos Estados combatentes durante toda a 2ª GM (HADDEELSEY, 2014, p.1).



original da missão. Essa operação foi mantida em segredo pelos britânicos até 1944. Em julho de 1945, as operações na Antártica foram assumidas pelo Escritório Colonial, rebatizando-as como *Falkland Island Dependency Survey* (FIDS), que veio a se tornar o embrião do futuro *British Antarctic Survey* (BAS)<sup>21</sup> (HADDESEY, 2014). Foi a partir da “Operação Tabarin” que a ocupação do Reino Unido no Continente Antártico passou a ser de forma permanente, sendo este um grande passo britânico na busca por seus interesses territorialistas naquela região.

No imediato período do pós-2ªGM observou-se uma reorganização considerável de interesses do Reino Unido na Antártica, com ênfase na ciência. No entanto, conflitos de reivindicações de soberania e disputas políticas sobre o território eram de ocorrências frequentes. Dado o nível acirrado de discussão sobre as questões territorialistas no Continente Austral, observando que uma definição única seria utópica para a solução de controvérsias acerca das distintas reivindicações, aliado à importância estratégica, política e econômica da Antártica na visão de diferentes Estados, entre eles o Reino Unido, o mundo iniciava sua caminhada na busca de um estatuto internacional para regulamentar as ações dos diferentes atores naquela região.

Um dos mais importantes fatores a impulsionar a busca por uma solução global para as reivindicações territoriais na Antártica ocorreu em 1947, quando da inclusão do Continente Antártico como área estratégica americana pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)<sup>22</sup>. A primeira tentativa de elaboração de um estatuto internacional para a Antártica ocorreu em 1948 (um ano, portanto, após a assinatura do TIAR), quando os Estados Unidos da América (EUA) convidaram Argentina, Austrália, Chile, França, Reino Unido, Noruega e Nova Zelândia para discutir a questão com vistas a uma possível internacionalização do continente (VIEIRA, 2006). Esta ideia de internacionalização da Antártica em conjunto com a rivalidade existente entre os países envolvidos, a maioria deles territorialistas, fizeram com que a iniciativa estadunidense

<sup>21</sup> O *British Antarctic Survey* é um instituto do *Natural Environment Research Council* (NERC), líder mundial nas pesquisas interdisciplinares das regiões polares. Seus cientistas e equipe de apoio qualificada, com sede em Cambridge - UK, na Antártica e no Ártico, trabalham em conjunto para fornecer uma diversidade de pesquisas que utilizam as regiões polares para estudar seus impactos na Terra. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/about/about-bas/our-organisation/>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

<sup>22</sup> O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca foi celebrado em 02 de setembro de 1947 na cidade do Rio de Janeiro – RJ e entrou em vigor em 03 de dezembro de 1948. Seu propósito é prevenir e reprimir as ameaças e atos de agressão contra qualquer dos países da América. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/english/treaties/b-29.html>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

não lograsse êxito. Entretanto novas tratativas estariam por vir, como será visto no próximo tópico, por ocasião da realização do Ano Geofísico Internacional.

### **3.2.3 O Ano Geofísico Internacional**

O período entre 1955 e 1957 marcou uma mudança decisiva na disputa política da soberania na Antártica. O crescente interesse científico e político internacional, a exemplo da disputa existente entre o Reino Unido, a Argentina, e o Chile, deixou de ser uma questão puramente regional, tornando-se amplo. Deste modo, passaram a ser traçados planos para a realização de um Ano Geofísico Internacional (AGI), com vistas a conduzir entre 1957 e 1958 um enorme estudo científico coordenado do mundo, tendo a Antártica como um dos focos principais, mas não o único, da comunidade científica em geral. A relativa falta de compreensão científica do continente, combinada com a sua posição geográfica única, o tornou um dos principais temas de pesquisa no AGI.

Por ocasião da realização do AGI, doze países (África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e ex-URSS) estabeleceram 50 estações de pesquisa na Antártica, totalizando mais de 5.000 pessoas, sendo que EUA e a ex-URSS estabeleceram sete estações cada (FERREIRA, 2009). Esse equilíbrio numérico de estações entre os EUA e a ex-URSS era reflexo direto da Guerra Fria (1947 – 1989) naquela região. Diferentes países<sup>23</sup> participaram direta ou indiretamente colaborando nesse esforço único de conhecimento, que congregou cientistas de diversas nacionalidades nestas bases de pesquisa ali instaladas. Este estudo provocou a convocação de uma conferência internacional no ano seguinte, com o intuito de debater a situação legal do Continente Antártico. Dessa forma, definitivamente a Antártica parecia estar se tornando uma questão verdadeiramente internacional.

Em uma análise sobre o que foi desenvolvido durante o AGI, bem como o formato utilizado, é possível identificar três elementos distintos ali presentes: cooperação, competição e aprendizagem. O primeiro deles, a cooperação internacional, é caracterizado pelo

<sup>23</sup> O AGI envolveu 67 países e milhares de cientistas de todo o planeta, que também realizaram pesquisas em áreas fora das regiões polares, como foi o caso das realizadas pelo Brasil (MATTOS, 2014).

compartilhamento de informações e dados científicos entre os pesquisadores dos diferentes países que ali estavam desenvolvendo seus trabalhos. Por outro lado, ainda que a cooperação estivesse em curso, os mesmos cientistas encontravam-se imersos num ambiente de competição uns com os outros, demonstrando sua aptidão científica, intrinsicamente ligados à disputa. O desempenho da ciência se tornara um tipo de arma utilizada pelos Estados nas discussões mais amplas sobre a soberania da Antártica. Nesse viés, os resultados científicos muitas vezes tinham implicações estratégicas, tornando assim a competição política como sendo uma parte fundamental do AGI, ou seja, os países interessados na questão da soberania na Antártica sabiam que não poderiam abrir mão do esforço científico naquela região, sob pena de perder força nas suas aspirações. Por fim, ao mesmo tempo que os cientistas colaboraram e competiam entre si, eles também aprendiam mais sobre o continente antártico, quando puderam identificar e desvendar diversos dados importantes do local. Este aumento do conhecimento trouxe uma mudança de atitudes dos Estados em relação ao continente, em especial aquelas relacionadas ao campo da política. Sendo assim, estes três elementos - cooperação, competição e aprendizagem - tiveram lugar ao mesmo tempo no âmbito do AGI, concorrendo para um importante impacto sobre a história política da Antártica.

O formato da condução dos trabalhos no período de 1957 a 1958 sugeria a necessidade de se buscar um entendimento maior entre os Estados interessados na Antártica. Em que pese o citado espírito de cooperação e o decorrente aprendizado, a competição afluía com maior intensidade pelos Estados na busca de seus interesses, denotando o mais puro instinto Realista, como retratado no “estado de natureza” descrito por Hobbes. Desta forma, o mundo continuava rumando para um estatuto internacional para aquele continente de modo a arrefecer a disputa territorial e fomentar a exploração científica. A solução para tal seria implementada em breve, no decorrer do ano vindouro ao do encerramento do AGI, com a gênese do Tratado da Antártica, conforme será mostrado a seguir.

### 3.2.4 O Tratado da Antártica

Na esteira do AGI, novas tratativas estavam sendo elaboradas no sentido de buscar viabilizar a celebração de um acordo internacional com vistas a regular a atividade dos Estados na Antártica. De acordo com Nunes (2005), diversos fatores contribuíram de alguma forma na busca pela adoção do referido acordo. Entre elas pode-se listar: o interesse manifestado por países atuantes na Antártica, alguns dos quais que reivindicavam soberania territorial sobre aquela região; a existência de bases da ex-URSS nas proximidades das áreas adjacentes aos setores reivindicados por diversos Estados; e a inquietude dos EUA pelo estabelecimento de um regime de cooperação internacional para a Antártica que englobasse todo o conhecimento obtido por ocasião do AGI.

Nesse sentido, em maio de 1958, o então presidente estadunidense Dwight D. Eisenhower (1890 – 1969) enviou aos outros onze países que estabeleceram estações antárticas durante o AGI uma proposta de realização de uma conferência em Washington D. C. para a criação de um regime internacional para aquela região. O convite de Eisenhower expressava o posicionamento dos EUA, retomava os pontos centrais da “Declaração de Escudero”<sup>24</sup> e continha alguns princípios do que viria a ser o Tratado da Antártica, a saber: não reconhecimento das reivindicações existentes e reserva de direitos quanto à possibilidade de uma futura reivindicação territorial por parte dos EUA; liberdade de pesquisa científica; uso da região somente para fins pacíficos; e que o Tratado não exigiria renúncia ou reconhecimento de qualquer reivindicação territorial (FERREIRA, 2009).

Representantes das doze nações participantes na investigação científica na Antártica reuniram-se em Washington D. C. para discutir o futuro político do continente austral. Depois de mais de um ano de negociações preliminares, enfim estava em curso uma autêntica “Conferência Antártica”, que ocorreu entre os meses de outubro e dezembro de 1959. O resultado desta

<sup>24</sup> Documento elaborado pelo Professor de Direito Internacional Julio Escudero Gúzman, a pedido do governo chileno, que continha, já em 1948, a gênese do Tratado da Antártica, que sugeria: uma moratória nas reivindicações territoriais; um acordo para o intercâmbio de dados científicos; e uma declaração de que estações e expedições à região não constituiriam fundamento para futuras reivindicações (FERREIRA, 2009, p.36 e 37).

conferência foi a assinatura do Tratado da Antártica em 1º de dezembro de 1959. Em relação à disputa de soberania, a parte mais importante do tratado era o artigo IV, que suspendeu (na verdade “congelou”) todas as reivindicações de soberania para Antártica. O referido Tratado permitia também que outros Estados que não participaram da referida conferência viessem a se tornar signatários do mesmo, caso passem a realizar significativas pesquisas no Continente Antártico (DAY, 2012). A área abrangida pelo Tratado da Antártica está situada ao Sul do paralelo de 60°S, onde se aplicam seus 14 artigos, os quais consagram princípios como: a liberdade para a pesquisa científica e a cooperação internacional para esse fim, bem como a utilização pacífica da Antártica, proibindo expressamente a militarização dessa região e sua utilização para explosões nucleares ou como eventual depósito de resíduos ou materiais radioativos (NUNES, 2005).

O Tratado da Antártica, por força do seu Artigo XIII, prevê a adesão de novos Estados signatários. Com isso, além dos doze Estados signatários originais<sup>25</sup>, surgiram duas novas categorias: as Partes Consultivas, que se referem aos Estados que aderiram ao Tratado por meio da realização de uma “substancial atividade científica”<sup>26</sup>, com igual poder de voto e veto no regime; e as Partes Não-Consultivas, que se referem aos Estados que aderiram ao Tratado, mas que não foram formalmente reconhecidos pelos demais como tendo realizado “substancial pesquisa científica”. Eles participam das reuniões anuais, mas não têm direito a voto em função da sua condição de observadores.

Em que pese o “congelamento” das reivindicações territoriais estabelecido pelo Artigo IV do Tratado da Antártica, não se pode descartar que tais interesses permaneçam latentes nos objetivos estratégicos dos Estados, sejam eles de Partes Consultivas ou aqueles que adquiriram tal status, bem como as Partes Não-Consultivas que aderiram ao Tratado em liide.

<sup>25</sup> Os 12 Estados signatários originais do Tratado da Antártica, que automaticamente se tornaram Partes Consultivas do referido Tratado são: Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Reino Unido, ex-URSS, África do Sul e EUA. *ANTARCTIC TREATY PARTIES*. Disponível em: <[http://www.ats.aq/devAS/ats\\_parties.aspx?lang=e](http://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx?lang=e)>. Acesso em 11 jun. 2016.

<sup>26</sup> Os 17 Estados que não foram signatários originais do Tratado da Antártica, mas que adquiriram o status de Parte Consultiva do referido Tratado por terem desenvolvido uma “substancial atividade científica” na Antártica, tendo sido reconhecidos pelas demais Partes Consultivas, são: Brasil, Bulgária, China, República Tcheca, Equador, Finlândia, Alemanha, Índia, Itália, Coreia do Sul, Holanda Peru, Polônia Espanha, Suécia, Ucrânia e Uruguai. *ANTARCTIC TREATY PARTIES*. Disponível em: <[http://www.ats.aq/devAS/ats\\_parties.aspx?lang=e](http://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx?lang=e)>. Acesso em 11 jun. 2016.

Em 1991, 30 anos após sua entrada em vigor, o Tratado da Antártica foi renovado, adiando na prática discussões sobre outros tipos de utilização de seu território que não para a pesquisa, porém sem impedir o surgimento de novas reivindicações territoriais [...] passaram a emergir, especialmente por parte de países aderentes, reivindicações implícitas e explícitas [...] Assim, se o Tratado da Antártica funciona como um vetor internacionalista por um lado, não deixa, por outro, de propiciar a manutenção de interesses territorialistas. Tais reivindicações permitem inferir que teorias geopolíticas elaboradas para o Hemisfério Norte e que foram largamente utilizadas ao tempo da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, bem como da Guerra Fria, como as do *heartland*<sup>27</sup> e do *rimland*<sup>28</sup> poderiam ser aplicadas à América do Sul, estabelecendo a Antártica como espaço de projeção continental Sul-Americano (VIEIRA, 2006, p.67).

Mesmo após a celebração do Tratado da Antártica, onde se esperava frear as questões territorialistas, observou-se que alguns Estados, consultivos ou não, em função de suas ações, sugeriam aspirações de soberania territorial, notadamente de cunho político-estratégico, em função de seus interesses individuais, transparecendo o pensamento realista na visão de Hobbes como supracitado. Nesse contexto, o Reino Unido além de ter sido o Estado pioneiro na reivindicação de soberania territorial na região Antártica, também foi quem primeiro estabeleceu um “Território” próprio naquele continente, o Território Antártico Britânico, assunto este que será tratado na seção seguinte.

### **3.2.5 O Território Antártico Britânico e sua Estratégia contemporânea decorrente**

A entrada em vigor do Tratado da Antártica trouxe algumas implicações para o Reino Unido no que tange à administração de seus territórios coloniais mais ao Sul. Em função do estabelecimento da delimitação do paralelo 60°S e toda a área situada ao Sul dessa latitude passar a ser regida pelo referido Tratado, as FID foram efetivamente repartidas, fazendo com que os territórios situados abaixo daquele paralelo fossem separados das Ilhas Geórgia do Sul e Ilhas Sandwich do Sul. Fruto disso, nascia então o Território Antártico Britânico, ou *British Antarctic Territory* (BAT), apesar do “congelamento” de todas as reivindicações territoriais no Continente Austral impostas pelo Tratado da Antártica. O BAT é o maior território ultramarino do Reino Unido, que ainda possui outros 13 territórios ultramarinos espalhados pelo mundo (FIG. 12 e 13).

<sup>27</sup> Teoria cunhada por Halford John Mackinder (1861 – 1947), no início do século XX, pressupondo a Eurásia como centro do Hemisfério Norte e região cujo controle asseguraria o controle do resto do mundo.

<sup>28</sup> Teoria elaborada por Nicholas Spykman (1893 – 1943) que vigorou após a 2ªGM, a qual vislumbrou a contenção da expansão comunista por um cinturão militar, político e econômico ao redor da ex-URSS.

Segundo Dodds e Hemmings (2013), o BAT foi criado em março de 1962, no rescaldo da dissolução das FID, sendo de longe o maior território ultramarino do Reino Unido em termos de área geográfica com mais de 660.000 milhas quadradas. Este território é administrado, em Londres, pelo Departamento de Regiões Polares do *Foreign and Commonwealth Office* (FCO), que atua em questões legais e administrativas.

O BAT, território reivindicado pelo país, abrange principalmente a Península Antártica, região onde fica localizado o maior número de estações científicas do continente (FIG. 14 e 15). O governo do BAT, em consulta com as partes interessadas, teve a iniciativa de desenvolver documentos oficiais do governo britânico contendo os planos de ação e objetivos do governo para o território antártico, os quais são constantemente revisados e publicados. A versão mais recente desse tipo de documento foi a elaboração de uma estratégia de cinco anos para o território, que se encontra formalizada por meio da “*British Antarctic Territory Strategy Paper 2014-2019*”, cuja revisão ocorre anualmente e que define os objetivos e as prioridades de financiamento. Os principais objetivos constantes desta estratégia são: garantir a segurança a longo prazo do BAT, através do apoio de alto perfil do Reino Unido no âmbito do Sistema do Tratado da Antártica; promover a soberania do território do Reino Unido (BAT) por meio do aumento da consciência dos interesses atuais e históricos britânicos na região; proteger o ambiente do BAT e preservar a herança britânica; garantir um quadro legislativo e administrativo eficaz e proporcional, que aborda todas as atividades realizadas dentro do Território; e gerir as finanças do território, em conformidade com as melhores práticas financeira. (UNITED KINGDOM, 2013).

De acordo com o “*British Antarctic Territory Strategy Paper 2014-2019*”, o BAT:

[...] compreende a área entre a latitude 60° Sul e longitudes 20° e 80° Oeste, em forma de cunha que se estende até o pólo sul. Ele inclui a Península Antártica, as Ilhas Shetlands do Sul, a Plataforma de Ronne no mar de Weddell e outras partes da Antártica continental central [...] o Governo do Território tem seu próprio quadro legislativo e faz uma série de compromissos legais e administrativos e opera quatro estações de Correios [...] a presença soberana e governança do Território é fornecida pela BAS [...] e pelo *United Kingdom Antarctic Heritage Trust - UKAHT*, que gerencia e mantém uma gama de bases históricas britânicas no território, incluindo Port Lockroy. [...] O BAT recebe receita anual de taxas cobradas pela internada de cientistas, pela de vendas de selo e moeda [...] este rendimento é usado para financiar a gestão do BAT, tal como previsto nas estimativas anuais, bem como uma gama de projetos especiais para reforçar ainda mais a boa governança do Território (UNITED KINGDOM, 2014, p.5, tradução nossa).

De modo a garantir a segurança e a presença soberana britânica no BAT, nas Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e seus espaços marítimos circundantes, o Reino Unido emprega o navio de patrulha polar HMS “Protector” (FIG. 16), num período de 330 dias ao ano, em patrulha marítima na Antártica, além de conduzir inspeções, mapeamento hidrográfico e apoio à investigação científica.

O Reino Unido pode ser considerado um dos Estados que mais atua no território antártico, com um grande investimento em pesquisas e expedições desde o descobrimento daquele continente. Atualmente os britânicos, por meio do BAS, mantém em operação um total de cinco estações de pesquisa na Antártica (FIG. 17), quais sejam: Rothera, Halley VI, Bird Island, King Edward Point e Signy, esta última operada apenas no verão antártico (FIG. 18 a 22). Vale ressaltar que todas estas estações científicas de pesquisa encontram-se situadas dentro dos limites geográficos do BAT, o que reforça a necessidade de proteção, apoio e vigilância àquela região. Para suporte logístico a estas estações de pesquisa, o Reino Unido possui ainda dois modernos navios quebra-gelo, registrados em Port Stanley, nas Ilhas Falkland, denominados *Royal Research Ship* (RRS), sendo eles o RRS “James Clark Ross” (FIG. 23) e o RRS “Ernest Shackleton” (FIG. 24). Tais navios operam entre os meses de setembro a junho, realizando o reabastecimento anual das estações antárticas, além das atividades de pesquisa científica conduzidas a bordo de seus laboratórios (UNITED KINGDOM, 2014).

Existe ainda a previsão de construção de um terceiro navio de pesquisa para apoiar as atividades científicas nas regiões polares. Em 2014, o governo britânico anunciou que iria financiar um novo navio de pesquisa polar avaliado em 200.000.000,00 de libras, o RRS “Sir David Attenborough” (FIG. 25), com término de construção previsto para 2019, cujo projeto foi sugerido pelo NERC com a promessa de entregar ao Reino Unido a “liderança mundial em capacidade de pesquisa na Antártica e no Ártico”, além do objetivo expresso de manter os britânicos na vanguarda da investigação científica polar<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> “The next generation of polar research vessel”. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/ship/new-uk-polar-research-vessel/>>. Acesso em 30 mai. 2016.



As ações adotadas pelo Reino Unido apontam para um comprometimento quanto à governança do BAT, bem como fornecem uma constante preocupação em relação à questão de “presença soberana” na Antártica, remetendo-se desta forma à sua posição de Estado reivindicador. Em todos os documentos que tratam do BAT, em especial aqueles que citam sua criação, constam informações de que a reivindicação territorial de soberania na Antártica realizada pelo Reino Unido é a mais antiga, remontando tal pleito ao ano de 1908, explicitando também que todas as reivindicações territoriais para a Antártica encontram-se suspensas nos termos do artigo IV do Tratado da Antártica de 1959, cujo Reino Unido é um signatário inicial. A referência a “mais antiga” não é politicamente inocente: os sucessivos governos britânicos têm procurado não só estabelecer e promover um registro histórico da presença do Reino Unido (em áreas como herança, atividade científica e educação pública), mas também usar essa longevidade de envolvimento para distinguir-se dos demais Estados reivindicadores de áreas concorrentes com seus interesses, como a Argentina e o Chile. Em que pese as considerações de “respeito” ao Tratado em vigor, as ações britânicas reforçam sua posição de almejar a soberania territorial no continente antártico, principalmente pelo estabelecimento do BAT em data posterior à da entrada em vigor do Tratado da Antártica, território este que possui inclusive bandeira própria (FIG. 26).

### **3.3 Conclusões Parciais**

Conforme demonstrado neste capítulo, desde o início das atividades exploratórias desenvolvidas a partir do século XVIII, pelo então Império Britânico, passando pelas ações desenvolvidas após a chegada propriamente dita ao Continente Antártico e demais ilhas subantárticas, a postura adotada pelo Reino Unido indica que o interesse britânico nas terras austrais vão além da pesquisa científica. O pioneirismo de reivindicação de soberania territorial, além de toda a atividade científica desenvolvida desde então, somado à velada intenção mascarada pela “Operação Tabarin”, a partir da qual a ocupação britânica nas terras antárticas se deu de forma permanente, denotam um autêntico olhar para a importância geopolítica da região.

Em que pese os esforços internacionais na busca pela adoção de um estatuto único para a regulamentação nas atividades na Antártica, de forma a arrefecer as questões de conflito de interesse dos Estados, principalmente no que tange às reivindicações territoriais, tendo como fruto a celebração do Tratado da Antártica, o Reino Unido continuou a adotar uma postura claramente realista quando da dissolução das FID, afetadas pelo referido Tratado, com a criação do BAT em 1962. Ao estabelecer o referido território, inclusive com adoção de uma bandeira própria, governança, correios e outros dispositivos, os britânicos mostram claramente ao mundo que suas pretensões geopolíticas em relação à Antártica são ativas e mantém latente a intenção de buscar um futuro reconhecimento deste território junto à comunidade internacional.

Apesar de não se vislumbrar um iminente colapso do Tratado da Antártica, sua eficácia e legitimidade é cada vez mais desafiadora, em especial pela sua idade, bem como em relação às evoluções que vêm ocorrendo no mundo desde então. Nesse contexto, a posição do Reino Unido, como um Estado reivindicador, é ameaçada pela existência de outros Estados reivindicadores, cujas pretensões territoriais são conflitantes, em especial a Argentina e o Chile, acarretando numa preocupação mais ampla com a defesa do BAT, notadamente evidenciada pela constante realização de patrulhas marítimas anuais na região antártica por meio do HMS “Protector” com o intuito de garantir a segurança deste Território e circunvizinhanças.

A ciência polar, realizada pelo BAS e outros agentes britânicos, continua sendo relevante, não só para a manutenção de *Soft Power*<sup>30</sup> do Reino Unido, mas também para, cada vez mais, cimentar uma presença estratégica e geopolítica na Antártica, porém não se pode garantir que excelência científica seja suficiente para garantir tais interesses. Desse modo, percebe-se a preocupação britânica em defender suas futuras aspirações geopolíticas no Continente Antártico por meio de outras ferramentas, como o “*British Antarctic Territory Strategy Paper 2014-2019*”. Este documento define os objetivos estratégicos para o BAT, entre eles a garantia da segurança a longo prazo daquele Território e a promoção da “soberania antártica” do Reino Unido por meio

<sup>30</sup> *Soft Power* corresponde à habilidade de conseguir o que se quer por meio de atração em vez de coerção ou pagamento de subornos. Esse poder de atração surge da cultura, dos ideais e das políticas adotadas por um país. Joseph Nye Jr. cunhou o termo “*Soft Power*” (poder brando) no livro “*Bound to Lead – the changing nature of american power*”. (NYE JR, 1991).

do aumento da consciência nos interesses atuais e históricos britânicos na região, reafirmando assim sua postura de Estado reivindicador e geopoliticamente atuante naquele continente.

## **4 O INTERESSE GEOPOLÍTICO BRASILEIRO NA ANTÁRTICA**

Um trinômio sintetiza os interesses que o Brasil alimenta e deverá defender na região polar antártica: segurança, ecologia e economia. Estes três conceitos expressam os pilares mestres de suas inalienáveis prerrogativas nesse continente, geradas por direitos históricos e assentes em razões geográficas que se ampliam, ambos, diante da presença das atuais e complexas realidades internacionais. Os dois primeiros conceitos se interligam e, de certo modo, se interpenetram e completam. É que o ambiente climático do território brasileiro sofre, inequivocamente, a influência dos fatores meteorológicos da região polar austral, do que se infere que qualquer alteração advinda nos mesmos, seja qual for sua natureza, há de incidir, de uma forma ou doutra, nas zonas mais distantes em que se dilata o continente em latitudes mais baixas (AZAMBUJA, 1980, p.275 e 276).

O Brasil mostrou-se, durante muito tempo, distante dos interesses nas remotas latitudes das terras austrais e, até o AGI, pode-se citar uma única expedição organizada por iniciativa de Dom Pedro II, em 1882, quando a corveta “Parnahyba”, sob o comando do então Capitão de Fragata Luiz Phillipe de Saldanha da Gama (1846-1895), foi enviada para a região subantártica, atendendo a um convite da Academia de Ciências de Paris, com o propósito de observar a passagem de Vênus pelo disco solar (FERREIRA, 2009). Após esta expedição, não há registro de outra expedição científica brasileira para aquela região, até a década de 1950.

Em que pese o tardio despertar brasileiro para a região austral, não se pode negar que a Antártica é um continente de significativa importância para o Brasil, principalmente quando se observa o seu relevante aspecto geoestratégico. A condição do Brasil de país atlântico, situado a uma relativa proximidade da região antártica, sendo o sétimo país mais próximo, bem como em função das óbvias ou prováveis influências dos fenômenos naturais que lá ocorrem sobre o território nacional, já de início, justificam plenamente o histórico interesse brasileiro sobre o continente austral. Complementarmente, a devassada posição do litoral brasileiro em relação ao continente antártico, que poderia vir a ser exposto por eventuais ações militares de lá oriundas, sugere a relevante imposição geopolítica da região em relação ao Brasil, assunto que será estudado neste capítulo.

### **4.1 O despertar de interesses do Brasil na Antártica**

Foi nos círculos militares que ocorreu o primeiro registro que se tem conhecimento acerca do interesse brasileiro na Antártica. No início de 1955, no Estado-Maior do Exército, um estudo

realizado pelo então Tenente Coronel Wladimir Fernandes Bouças tratava sobre os direitos e interesses do Brasil na Antártica, no qual analisava as reivindicações territoriais apresentadas pelos sete países territorialistas naquela região. Ele defendia que o Brasil também teria direito a uma reivindicação territorial no continente antártico pelo critério da defrontação. Tal estudo somente veio a ser publicado em 1956 na revista “Mensário de Cultura Militar de nº 90/91”, editada pelo Estado-Maior do Exército (MATTOS, 2014). Bouças considerava que os acontecimentos históricos deviam ser ignorados em razão da ausência de ocupação efetiva na Antártica, se atendo ao conceito de vizinhança, que poderia ser regulamentado pelos limites territoriais extremos, excluindo a parte insular, critério este que se aplicaria a todos os Estados que circundam o Círculo Polar Antártico (MOREIRA, 1982).

No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a primeira vez em que o Brasil se deparou com o tema da “questão antártica”, foi, aparentemente, em função de uma tentativa da Índia<sup>31</sup> em incluir o assunto na pauta da Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), em 1956. Nessa ocasião, por meio do Itamaraty<sup>32</sup>, foram enviadas instruções específicas aos componentes da missão brasileira que participaria da AGNU, caso o tema fosse incluído na agenda, salientando a importância do mesmo para o Brasil (FERREIRA, 2009).

Ainda como parte das primeiras sementes brasileiras nos assuntos antárticos, a professora e geógrafa Therezinha de Castro (1930 – 2000) publicou na Revista do Clube Militar, na edição de abril – junho de 1956, o artigo “*A Questão da Antártica*”, subscrito por seu mestre Delgado de Carvalho (1884 – 1980), defendendo a presença brasileira naquele continente, por meio da chamada “*Teoria da Defrontação*”, a qual sugere que o Brasil teria direito a uma reivindicação territorial na Antártica e deveria por em prática tais direitos (MENEZES, 1982). Nesse contexto, em fins de 1956, por meio do Chanceler José Carlos de Macedo Soares, o Itamaraty manifestava o

<sup>31</sup> A proposta da Índia na XI AGNU era denominada “A questão da utilização pacífica da Antártica”. Em razão da forte pressão exercida pela Argentina e pelo Chile e da falta de interesse real do governo indiano, essa proposta foi retirada da pauta, antes mesmo do início da referida assembleia (MOREIRA, 1982, p.64 e 65).

<sup>32</sup> O Ministério das Relações Exteriores (ou Itamaraty) é o órgão do Poder Executivo responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil, nos planos bilateral, regional e multilateral. O Itamaraty assessorava o Presidente da República na formulação da política exterior do Brasil e na execução das relações diplomáticas com Estados e organismos internacionais. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/o-ministerio>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

interesse brasileiro pelo problema antártico e inclinava-se por uma tentativa de assegurar “uma pretensão brasileira na região”. Paralelamente às ações adotadas pelo Itamaraty, acadêmicos militares também continuavam a estudar o assunto. Para eles, em função do evidente valor estratégico e do potencial econômico da Antártica, o Brasil deveria candidatar-se a seu controle parcial, sendo que os interesses brasileiros, nesse caso, não deviam estar fundamentados em razões históricas ou econômicas, mas sim nas exigências de segurança nacional (MOREIRA, 1982).

No ano de 1957, Therezinha de Castro novamente escreveu sobre o tema, publicando na mesma Revista do Clube Militar, um artigo mais desenvolvido sob o título “*Antártica, o assunto do momento*”, trazendo de forma inédita um mapa do Brasil que incluía a parte do território antártico que seria pertencente ao país em função dos princípios da “*Teoria da Defrontação*”, cuja descrição será apresentada a seguir (CASTRO, 1976; MENEZES, 1982).

#### **4.2 A Teoria da Defrontação e a não-reivindicação territorial brasileira**

A ideia de uma reivindicação territorial do Brasil na Antártica atingiu sua forma mais radical na chamada Teoria da Defrontação, defendida por diversos autores a partir de 1956, com reflexos até o fim dos anos 80. O núcleo central dos mais ardentes defensores da Teoria da Defrontação era composto por estudiosos de filiação *ratzeliana*, ligados pelo Colégio Pedro II e a Escola Superior de Guerra (ESG): Carlos Delgado de Carvalho, pioneiro no estudo e no ensino de Geografia no Brasil, professor do Colégio Pedro II e do Instituto Rio Branco; Therezinha de Castro, geógrafa do IBGE, professora do Colégio Pedro II e da ESG; e Eurípides Cardoso de Menezes, teólogo, deputado federal por cinco mandatos consecutivos de 1955 a 1975, estagiário na ESG em 1972 (FERREIRA, 2009, p.118).

A Teoria da Defrontação foi uma adaptação do Princípio dos Setores Polares<sup>33</sup>, utilizado na partilha do Ártico. Nessa adaptação, como o Círculo Polar Antártico não passa por nenhuma porção de terra no hemisfério meridional, adotou-se a Linha do Equador como referência. Neste caso, os meridianos, a partir desta linha, seriam traçados até o Polo Sul, tangenciando os pontos extremos dos limites dos países do hemisfério Sul, e projetariam no continente antártico a porção

<sup>33</sup> O Princípio dos Setores Polares, utilizado na partilha do Ártico, foi proposto pelo Senador Canadense Pascal Poirier, em 1907, de modo a evitar as crescentes dificuldades e o acirramento da disputa das áreas geladas ao norte do Círculo Polar Ártico. Como tal Princípio beneficiava a Rússia, ele foi prontamente aceito. Além do Canadá e da Rússia, a Noruega também se beneficiou dele (HENRIQUES, 1984, p.5).

territorial de direito desses países (FIG. 27 e 28)<sup>34</sup> (HENRIQUES, 1984). Nesta fase inicial de envolvimento brasileiro com as questões antárticas, a postura adotada pelos defensores desta Teoria retrata uma aspiração claramente territorialista, denotando uma atitude amplamente realista, evidenciando o pensamento *hobbesiano*.

Na esteira da formulação da Teoria da Defrontação, a importância da Antártica para o Brasil, em especial no que tange à Segurança Nacional, foi realçada por uma das obras que influenciou o pensamento militar brasileiro do século XX, *Geopolítica do Brasil*, do General Golbery do Couto Silva (1911 – 1987). Neste livro, Golbery destaca a relevante posição brasileira em relação o triângulo formado pelo Brasil, a porção atlântica da África e a Antártica, que seria um dos “bastiões recuados” ou “áreas de retaguarda” da Guerra Fria. Buscando fundamentar a reivindicação brasileira, os autores da Teoria da Defrontação invocavam a Doutrina da Segurança Nacional e levantavam uma série de argumentos análogos aos que já haviam sido utilizados para outras reivindicações territoriais, principalmente as da Argentina e do Chile (FERREIRA, 2009).

Durante o AGI, o Brasil, por meio de sua Marinha, instalou estações oceanográficas na Ilha de Trindade, em Cabo Frio, no Arroio Chuí, em Abrolhos e na foz do Rio Amazonas para analisar a circulação permanente das correntes marítimas oriundas do continente austral, clima, geologia e topografia de fundo, reconhecimento da plataforma continental e apoio científico à exploração da pesca. Estas atividades buscavam permitir identificar eventuais influências de fenômenos naturais oriundos da Antártica no litoral brasileiro, ratificando o interesse nacional naquela região (CASTRO, 1976). Por outro lado, o Brasil não realizou qualquer tipo de pesquisa científica na Antártica durante o AGI, fato este utilizado pelos EUA como argumento para justificar a ausência de convite ao país para participar da Conferência de Washington, a qual culminou com a celebração do Tratado da Antártica, conforme descrito no item 3.2.4 deste estudo. Esse fato motivou o Itamaraty, após diversas reuniões, a enviar uma Nota Diplomática<sup>35</sup> aos EUA,

<sup>34</sup> No caso brasileiro, caso a Teoria da Defrontação fosse adotada, o correspondente setor no continente antártico seria aquele situado entre os meridianos de 28° 48' W (Ilha Martim Vaz) e 053° 22' W (Arroio Chuí) (FERREIRA, 2009, p.118).

<sup>35</sup> A íntegra da Nota Diplomática brasileira encontra-se disponível no livro: “A Antártica Brasileira. Sonho ou Realidade” (MOREIRA, 1982, p.71 e 72).

repudiando o critério adotado pelo governo estadunidense para a seleção dos países participantes daquela conferência, bem como afirmando os interesses brasileiros na região austral, além de reclamar o direito de poder opinar sobre a Antártica (MENEZES, 1982).

O interesse brasileiro nos assuntos antárticos manteve-se ativo, mesmo após a assinatura do Tratado da Antártica, notadamente dividido em dois distintos períodos. O primeiro, ocorrido no rescaldo das ações decorrentes da celebração do referido Tratado, que abrange um espaço temporal de cerca de quatro anos, logo após 1959, e o segundo a partir de 1970 (MOREIRA, 1984). Foi justamente no ano de 1970, que a Teoria da Defrontação encontrou seu momento de maior ressonância no cenário brasileiro por meio de um discurso político. Foi em uma sessão conjunta do Congresso Nacional, que o Deputado Eurípides Cardoso de Menezes fez seu pronunciamento em defesa dos direitos territoriais brasileiros na Antártica, propondo que o Brasil manifestasse a reivindicação territorial da região ao Sul do paralelo 60° S, entre os meridianos do Arroio Chuí e da Ilha Martim Vaz, quando afirmou o “direito de defrontação, único que atenderá aos reclamos da Justiça e do Direito, coincidentes, aliás, com o interesse nacional”. Eurípides de Menezes era visto como o defensor mais radical da Teoria da Defrontação, contrário a uma eventual adesão brasileira ao Tratado da Antártica, considerando premente a necessidade de se efetivar a reivindicação territorial do Brasil no continente antártico (FERREIRA, 2009).

Por outro lado, o discurso de Eurípides de Menezes veio a fomentar um processo que afastaria o Brasil de manifestar formalmente uma reivindicação territorial na Antártica, aproximando-o de uma futura adesão ao Tratado, o que veio efetivamente a ocorrer, como será descrito a seguir. Fruto da iniciativa de Menezes e sua radical defesa em prol da Teoria da Defrontação, o Itamaraty começou a tratar da questão antártica com mais cautela em função do receio de reações negativas por parte do Reino Unido, Chile e Argentina, os quais possuíam territórios já reivindicados na Antártica, conflitantes entre si (FIG. 11), e também congruentes com a eventual reivindicação brasileira. A cada declaração ou publicação sobre a Teoria da Defrontação, a Argentina encarava a atitude brasileira com viés de pretensões expansionistas,



sendo constantemente necessária a ação diplomática para prestar esclarecimentos ao governo argentino buscando arrefecer os ânimos (FERREIRA, 2009).

No que tange a uma reivindicação oficial do Brasil em relação a territórios na Antártica, registros do Itamaraty comprovam que essa possibilidade não foi realmente considerada pelo Estado brasileiro. Já em 1959 existia um documento interno que citava a impossibilidade de ser efetivada uma reivindicação territorial brasileira na Antártica de modo a evitar eventuais atritos com o Chile e a Argentina. Com o objetivo de definir o adequado posicionamento brasileiro em relação ao assunto, baseado no trabalho desenvolvido pelo Conselheiro João Frank da Costa, uma das maiores autoridades do assunto na época, o Itamaraty passou a considerar a adesão ao Tratado como melhor forma de lidar com esse tema (FERREIRA, 2009). Dessa forma, estava efetivamente descartada a possibilidade de ser efetivada a formal reivindicação territorial do Brasil em terras antárticas, passando então o governo brasileiro a trabalhar internamente na direção da adesão ao Tratado da Antártica.

#### **4.3 O Brasil como Parte Consultiva, a EACF e as Pesquisas Científicas**

Foi por meio das recomendações formuladas pelo Itamaraty que o governo brasileiro decidiu aderir ao Tratado da Antártica. Segundo Ferreira (2009), “O Brasil comunicou, em 16 de maio de 1975, ao Governo dos EUA, depositário do Tratado, a decisão de aderir ao instrumento, referenciada pelo Congresso doze dias depois. O Decreto 75.963 de 11 de julho de 1975 promulgou o Tratado” (FERREIRA, 2009, p. 129). Apesar de consolidada a adesão brasileira, o mesmo não possuía direito a voto nas reuniões, uma vez que não havia se tornado membro consultivo. Para atingir esse *status*, além do demonstrado interesse no Sexto Continente, era necessário que o Brasil comprovasse a realização de pesquisas substanciais na Antártica e construísse uma estação científica naquele continente. Foi criado então um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), sob a coordenação do Itamaraty, para deliberar sobre a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) e seu mecanismo de execução, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Após diversas discussões formuladas pelo GTI, deliberou-se, em 1982,

por meio dos Decretos 86.829 e 86.830, a criação da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) e a atribuição da responsabilidade pelo PROANTAR à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), demarcando assim o anúncio do início das atividades brasileiras na Antártica (FERREIRA, 2009).

Um importante passo para a concretização do PROANTAR foi a aquisição, em julho de 1982, do navio dinamarquês “*Thala Dan*”, vindo a ser incorporado à MB como Navio de Apoio Oceanográfico (NApOc) “Barão de Teffé” que, junto com o navio “Professor Besnard” da Universidade de São Paulo (USP), realizou entre dezembro de 1982 e fevereiro de 1983 a primeira Operação Antártica (OPERANTAR I) brasileira ao continente gelado. Além do caráter científico, essa viagem tinha como objetivo identificar uma área adequada para a construção da estação científica brasileira. Dessa forma, em setembro de 1983, por ocasião da XII Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (ATCM) o Brasil veio a ser admitido como Parte Consultiva do referido Tratado.

A solidificação da presença brasileira na Antártica ocorreu por ocasião da instalação da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), durante a OPERANTAR II, de dezembro de 1983 a fevereiro de 1984. A EACF foi instalada em 06 de fevereiro de 1984 na Baía do Almirantado, Ilha Rei George, pertencente ao arquipélago das Shetlands do Sul (FIG.29) (FERREIRA, 2009). No mesmo ano, o Brasil também foi admitido como membro efetivo do *Scientific Committee of Antarctic Research* (SCAR), passo importante para sua consolidação como Parte Consultiva do Tratado (NUNES, 2005).

No intuito de substituir o NApOc “Barão de Teffé”, o Brasil adquiriu em 1994, junto à Noruega, o navio “*Polar Queen*”, capacitado a operar em campos de gelo fragmentado, que, após sua incorporação à MB, foi renomeado NApOC “Ary Rongel”. Anos mais tarde, em 2009, no intuito de ampliar a capacidade de pesquisa brasileira naquela região, foi adquirido o navio “*Ocean Empress*” que, após modernização, foi incorporado à MB como Navio Polar (NPo)

“Almirante Maximiano”. Sua aquisição elevou a capacidade de pesquisa embarcada em função de seus laboratórios e equipamentos voltados para o apoio científico.

No ano de 2012, as atividades brasileiras na Antártica sofreram um forte revés quando um incêndio destruiu grande parte da EACF. Desde então foram instalados Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) que vêm abrigando os militares do grupo base, até que seja concluída a construção da nova estação (FIG. 30), pela empresa *China Electronics Imports and Exports Corporation* (CEIEC), com previsão inicial de entrega para 2018<sup>36</sup>.

Demonstrando o contínuo interesse na região antártica e sua importância para o Brasil, em 2013 o Congresso Nacional promulgou a nova Política Nacional de Defesa (PND), fazendo constar a Antártica como parte do entorno estratégico brasileiro, informação inédita neste documento (BRASIL, 2012). Ao realizar tal inserção, o Brasil reafirma sua postura de Estado geopoliticamente interessado nas terras austrais, respeitando as deliberações oriundas do Sistema do Tratado da Antártica (STA)<sup>37</sup>, mantendo-se atuante na Antártica, buscando obter maior influência no Atlântico Sul e seu entorno estratégico, seja no campo científico bem como no campo político e diplomático.

Dando continuidade à condução do PROANTAR, no mês de março de 2016 foi concluída a OPERANTAR XXXIV, realizada pelos NApOc “Ary Rongel” e NPo “Almirante Maximiano”, com o apoio de um Destacamento Aéreo Embarcado (DAE) e duas aeronaves “UH-13 – Esquilo Biturbina” do 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral (EsqdHU-1). Durante a comissão, os navios atuaram, essencialmente, na região da Antártica, tendo como tarefas prestar o apoio logístico e reabastecer os MAE da EACF, bem como apoiar os projetos de pesquisa indicados pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), contribuindo para a consolidação da importância da comunidade científica brasileira no cenário internacional.

<sup>36</sup> Fonte: Marinha do Brasil (MB) - Nova Estação Brasileira de pesquisa científica na Antártica tem Pedra Fundamental lançada. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/node/825>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

<sup>37</sup> O STA é “o conjunto dos diplomas legais, incluindo o Tratado, constituído pelas recomendações, medidas, convenções [e] protocolos aprovados até a presente data.” (VILLA, 2004, p. 96). Atualmente, além do próprio texto do Tratado da Antártica, os seguintes documentos fazem parte do STA: a Convenção para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica (CCAMLR), a Convenção para Conservação das Focas Antárticas (CCAS) e o Protocolo de Madri. Fonte: *SECRETARIAT OF THE ANTARCTIC TREATY SYSTEM*. Disponível em: <[http://ats.aq/documents/keydocs/vol\\_1/vol1\\_Volume\\_1\\_Complete\\_Document\\_e.pdf](http://ats.aq/documents/keydocs/vol_1/vol1_Volume_1_Complete_Document_e.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2016.

#### 4.4 Conclusões Parciais

De acordo com o que foi exposto neste capítulo, o despertar de interesses brasileiros em relação à Antártica ocorreu de forma tardia e discreta, em que pese a relevante importância daquele continente para o Estado brasileiro, notadamente pela influência de fatores meteorológicos de lá originados, bem como pela sua posição geoestratégica no Atlântico Sul.

Apesar das iniciativas de alguns estudiosos sobre a questão territorialista brasileira na Antártica, entre elas as do então Tenente Coronel Bouças, da professora e geógrafa Therezinha de Castro, do Deputado Eurípides de Menezes, entre outros, com base nos princípios da defrontação, culminando com a Teoria da Defrontação, o Brasil não efetivou uma manifestação oficial de reivindicação territorial junto à comunidade internacional. Ao contrário disso, apesar dos esforços desses estudiosos e seus argumentos com a visão realista e territorialista, o Itamaraty rumou para a adesão ao Tratado da Antártica, que ocorreu em 1975, afastando-se definitivamente de qualquer possibilidade de estabelecer uma reivindicação formal de soberania nas terras austrais, uma vez que, por força do próprio texto do referido Tratado, tal atitude é cerceada.

O caminho percorrido pelo Estado brasileiro, desde a adesão ao Tratado até a conclusão da OPERANTAR XXXIV, demonstra que o principal interesse reside na atuação científica na Antártica. A recente aquisição do NPo “Almirante Maximiano”, com sua substancial capacidade de apoiar as atividades científicas de pesquisa na região austral, aliado à já iniciada reconstrução da EACF, reafirmam o viés da aspiração no campo científico pelo Brasil.

A inclusão da Antártica no entorno estratégico brasileiro em 2013, por ocasião da promulgação da nova PND, reafirma o interesse geopolítico brasileiro no Atlântico Sul, notadamente por sua maior exposição a este oceano, tornando relevante a manutenção das atividades nacionais na região austral, sejam elas de cunho científico ou político-diplomático, com vistas a assegurar, nos termos do STA, os direitos do Brasil na Antártica.

## 5 CONCLUSÃO

A Antártica foi o último continente a ser descoberto pelo homem e, após a conclusão da partilha do continente africano no final do século XIX, continuou sendo o derradeiro espaço terrestre no planeta sobre o qual não existem definições de soberania. Essa ausência de propriedade sobre aquele território despertou o interesse dos Estados e de diversos organismos internacionais sobre as terras austrais, notadamente pela possibilidade de exploração de suas riquezas naturais, condução de pesquisas científicas com seus valorosos conhecimentos decorrentes, e até mesmo sobre a latente oportunidade de serem formuladas reivindicações territoriais naquela região.

A Geopolítica, como produto da interação dinâmica da política, geografia e da história, baseada na sua fundamentação teórica, justifica o interesse dos Estados na busca por novos territórios. No caso da Antártica, com o olhar da Escola Determinista alemã, tais interesses são pautados nas aspirações sobre as riquezas naturais, renováveis ou não, aliadas à relevante posição geoestratégica do continente austral, que defronta os três grandes oceanos do planeta, incluindo duas passagens de grande importância para o comércio marítimo mundial, a Passagem de Drake e a Rota do Cabo. Já no caso da Escola Possibilista francesa, a aspiração geopolítica dos Estados estaria fundamentada justamente pela ausência de definição sobre soberania e, caso fosse de seus interesses, nem mesmo as severas condições ambientais daquele continente seriam obstáculo para a presença do homem, seja para as pesquisas científicas puras ou para a exploração econômica das riquezas naturais lá existentes.

Como descrito no Capítulo 2, as posturas geopolíticas adotadas pelos Estados em relação à Antártica, pioneiramente por interesses científicos e depois por interesses econômicos e geoestratégicos, mais especificamente aquelas desenvolvidas pelo Reino Unido e pelo Brasil, encontram suporte na Teoria do Realismo, uma vez que, como entidades soberanas, preservam suas independências e buscam elevar seu poder num cenário anárquico, característico do Sistema Internacional.

As atividades do Reino Unido em relação à Antártica vêm sendo desenvolvidas desde o século XVIII, percorrendo o caminho desde as remotas expedições científicas realizadas pelo Capitão James Cook, até as atuais ações de patrulha marítima de águas austrais por meio do HMS “Protector”. Nesse contexto, como foi abordado no Capítulo 3, o interesse geopolítico do Reino Unido em relação ao continente antártico vai além das pesquisas científicas, fato este corroborado pela pioneira reivindicação territorial de um Estado naquele continente, aliado às reais intenções das ações desenvolvidas pela secreta “Operação Tabarin”, em plena 2ªGM, quando então a ocupação britânica na Antártica passou a ser de forma permanente, culminando com o estabelecimento do BAT, mesmo após a celebração do Tratado da Antártica, reafirmando o interesse territorialista na região. Aduz-se ainda o volume de atividades de pesquisas científicas desenvolvidas na região austral por meio de suas cinco estações de pesquisas antárticas e os dois navios de pesquisa polar, o RRS “James Clark Ross” e o RRS “Ernest Shackleton”, ainda com previsão de conclusão de um terceiro navio até 2019, o RRS “Sir David Attenborough”, com a promessa de elevar o Reino Unido à liderança mundial de capacidade de pesquisa na Antártica. A atual intensidade de atividade científica na região austral está mais alinhada à manutenção da presença estratégica e geopolítica do Reino Unido na Antártica do que meramente ao acréscimo do seu *Soft Power*. Ao estabelecer objetivos estratégicos para o BAT por meio do “*British Antarctic Territory Strategy Paper 2014-2019*”, visando a garantia da “soberania antártica” e da segurança deste território, evidenciada pela constante realização de patrulhas marítimas anuais na região antártica por meio do HMS “Protector”, o Reino Unido reafirma a sua postura de Estado reivindicador e geopoliticamente atuante no continente antártico.

No caso do Brasil, conforme descrito no Capítulo 4, as atividades conduzidas no continente antártico se desenvolveram de forma tardia, em relação ao que foi realizado pelo Reino Unido, apesar da relevante importância daquela região para o Estado brasileiro. Em que pese o flerte com a ambição territorialista pautado nas iniciativas, com visões realistas, do Tenente Coronel Bouças, da professora Therezinha de Castro e do Deputado Eurípides de Menezes,

baseados nos princípios da Teoria da Defrontação, o Brasil jamais emitiu uma reivindicação territorial de soberania na Antártica, optando por aderir ao Tratado da Antártica em 1975, o que selou, naquela época, qualquer iniciativa nesse sentido. Desde a adesão ao referido Tratado até a conclusão da OPERANTAR XXXIV, em março de 2016, a atuação brasileira esteve pautada na condução de pesquisas científicas em função da relevante influência dos fenômenos climáticos de lá originados em relação ao Brasil. A aquisição do NPo “Almirante Maximiano”, com sua substancial capacidade de apoiar as atividades científicas de pesquisa na região austral, bem como a reconstrução da EACF, reafirmam o viés da aspiração no campo científico pelo Brasil. Vale também ressaltar a importância geoestratégica do continente austral para o Estado brasileiro, corroborado pela inclusão da Antártica no “entorno estratégico brasileiro”, por ocasião da promulgação da nova PND em 2013. Por meio dessa postura, evidencia-se que os interesses geopolíticos do Brasil na Antártica são pautados em atividades de cunho científico e político-diplomático, com vistas a assegurar, nos termos do STA, os direitos brasileiros naquela região.

Dessa forma, conclui-se que os interesses geopolíticos do Reino Unido e do Brasil em relação à Antártica são distintos, confirmando a hipótese formulada para este estudo. O Reino Unido buscará manter suas pretensões territorialistas ativas na região, buscando consolidar reconhecimento do BAT, usando a pesquisa científica como um dos argumentos para tal. Não obstante a ciência, outras ações como as patrulhas marítimas antárticas realizadas pelo HMS “Protector” e a emissão do “*British Antarctic Territory Strategy Paper 2014-2019*” reafirmam essa aspiração do Reino Unido em relação à Antártica.

Por outro lado, o Brasil, como Estado geopoliticamente satisfeito, buscará elevar sua capacidade de pesquisa científica polar, fato este corroborado pelo início da reconstrução da EACF, e continuará atuando na região austral com ações pautadas em respeito ao STA, garantindo a manutenção da sua presença na Antártica, porém sem expressar qualquer pretensão de reivindicação territorial naquele continente.

## REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Péricles. *O sonho da aurora austral: Como o Brasil chegou à Antártida*. Balneário Camboriú: Magna Quies, 2005. 239p.

\_\_\_\_\_. *Antártida História e Geopolítica*. Porto Alegre: Corag, 1980. 354p.

BRADY, Annie-Marie (Ed.). *The Emerging Politics of Antarctica*. New York: Routledge, 2013. 264p.

BRASIL. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. *Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)*. 2016. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/secirm/portugues/proantar.html>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Defesa (2012a)*. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

\_\_\_\_\_. *Livro Branco de Defesa Nacional (2012b)*. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

CARVALHO, Delgado e CASTRO, Therezinha de. *Atlas de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. 160p.

CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976. 174p.

\_\_\_\_\_. *Antártica*. Leitura Seleccionada 803-96. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1996.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 776p.

DAY, David. *ANTARCTICA: A Biography*. New York: Oxford University Press, 2012. 614p.

DODDS, Klaus e HEMMINGS, Alan D.. *Britain and the British Antarctic Territory in the wider geopolitics of the Antarctic and the Southern Ocean*. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/258886807\\_Britain\\_and\\_the\\_British\\_Antarctic\\_Territory\\_in\\_the\\_wider\\_geopolitics\\_of\\_the\\_Antarctic\\_and\\_the\\_Southern\\_Ocean](https://www.researchgate.net/publication/258886807_Britain_and_the_British_Antarctic_Territory_in_the_wider_geopolitics_of_the_Antarctic_and_the_Southern_Ocean)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. *O Sistema do Tratado da Antártica: Evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 252p.

GÓES, Marcelo Gouveia. *Uma Tempestade de Mudanças no Cenário Europeu no Ocaso do Século XIX e no Alvorecer do Século XX. A inevitabilidade da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918)*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2016. 8p.

HADDELSEY, Stephen. *Operation Tabarin. Britain's Secret Wartime Expedition to Antarctica 1944-1946*. London: The History Press, 2014. 256p.

HENRIQUES, Elber de Mello. *Uma Visão da Antártica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 198p.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: Ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006. 526p.



MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2007. 104p.

MATTOS, Leonardo Faria de. *A inclusão da Antártica no conceito de entorno estratégico brasileiro*. Rio de Janeiro: Revista da Escola de Guerra Naval, vol. 20, n.1, jan./jun, 2014. p. 177-187.

\_\_\_\_\_. *Antártica e o Pensamento Geopolítico Brasileiro*. In: Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007. 14p.

\_\_\_\_\_. *O Brasil e a Adesão ao Tratado da Antártica: uma Análise de Política Externa no Governo Geisel*. 2015. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014. p. 81-141.

MENEZES, Eurípides Cardoso de. *A Antártica e os desafios do futuro*. Rio de Janeiro: CAPEMI Editora e Gráfica LTDA, 1982. 120p.

MOREIRA, Luiz Carlos Lopes. *A Antártica Brasileira: sonho ou realidade?* Porto Alegre: FEPLAM, 1982. 274p.

NUNES, Rangel Marcomede. *O Brasil na Antártica: mais de vinte anos no mundo gelado*. Rio de Janeiro: Régis Aló, 2005. 168p.

NYE JR, Joseph S.. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma introdução à Teoria e à História*. 1. ed. Tradução de Tiago Araújo. Lisboa: Gradiva, 2002. 304 p.

\_\_\_\_\_. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books, 1991. 307 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais: temas, autores e visões*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2004. 248p.

\_\_\_\_\_. *Manual do Candidato – Política Internacional*. Brasília: FUNAG, 2012. 354p.

SCIENTIFIC COMMITTEE ON ANTARCTIC RESEARCH (SCAR). *The history of SCAR*. Disponível em: <<http://www.scar.org/about/history>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SECRETARIAT OF THE ANTARTIC TREATY (STA). *Parties*. Disponível em: <[http://www.ats.aq/dezAS/ats\\_parties.aspx?lang=e](http://www.ats.aq/dezAS/ats_parties.aspx?lang=e)>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SILVA, Maria Cristina Lima Ribeiro. *Contribuição ao estudo da Antártica no sistema de relações internacionais*. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da USP, digitado, 1987.

UNITED KINGDOM. *2010 to 2015 government policy: UK Overseas Territories*. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/2010-to-2015-government-policy-uk-overseas-territories/2010-to-2015-government-policy-uk-overseas-territories>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. *British Antarctic Survey Ship*. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/ship/>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. *British Antarctic Territory Strategy Paper 2014-2019*. British Antarctic Survey, Natural Environment, Research Council. Cambridge, 2014. Disponível em: <<http://www.antarctica.ac.uk/>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *British Letters Patents of 1908 and 1917 - The Falkland Islands Dependencies*. Disponível em: <[http://journals.cambridge.org/download.php?file=%2FPOL%2FPOL5\\_3536%2FS003224740003792Xa.pdf&code=45cf1edcbce76f94a8274c4fdfabca59](http://journals.cambridge.org/download.php?file=%2FPOL%2FPOL5_3536%2FS003224740003792Xa.pdf&code=45cf1edcbce76f94a8274c4fdfabca59)>. Acesso em: 06 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. *The British Antarctic Territory (BAT)*. Disponível em: <<http://www.gov.uk/government/world/organisations/british-antarctic-territory>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *The Overseas Territories*. Disponível em: <[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/14929/ot-wp-0612.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/14929/ot-wp-0612.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. *The UK National Strategy for Maritime Security*. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/national-strategy-for-maritime-security>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

VIEIRA, Friedrich Brum. *O Tratado da Antártica: perspectivas Territorialista e Internacionalista*. Cadernos PROLAM/USP, São Paulo, Universidade de São Paulo, v.2, n.5, p. 49-82, 2006. Disponível em: <[http://www.usp.br/prolam/downloads/2006\\_2\\_2.pdf](http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_2_2.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2016.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. *A Antártica no Sistema Internacional: análise das relações entre atores estatais e não-estatais com base na perspectiva da questão ambiental*. São Paulo: Hucitec, 2004. 165p.

## ANEXO – ILUSTRAÇÕES

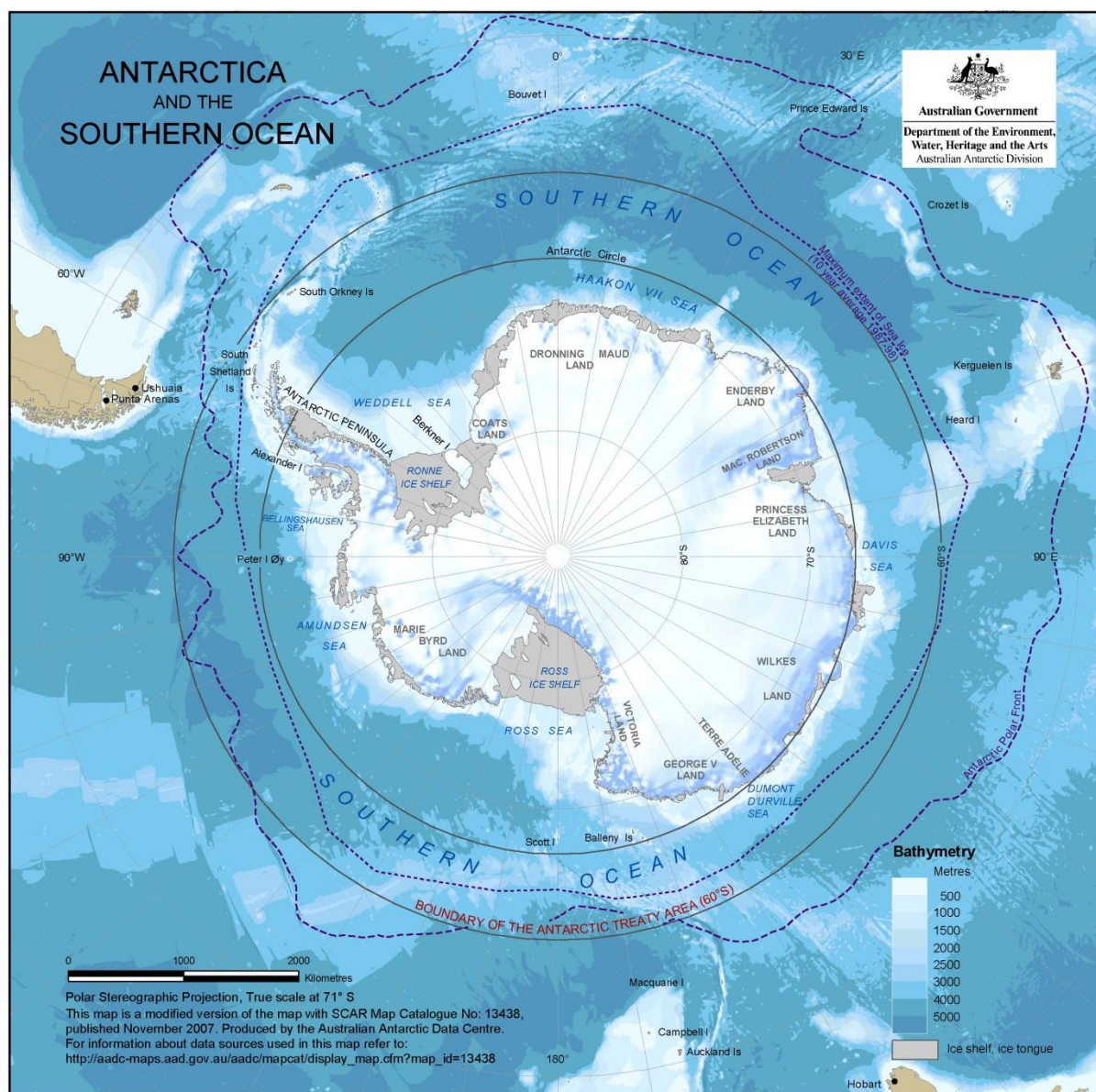


FIGURA 1 – Mapa da Antártica

Fonte: *SECRETARIAT OF THE ANTARCTIC TREATY*. Disponível em: [http://ats.aq/imagenes/info/antarctica\\_e.jpg](http://ats.aq/imagenes/info/antarctica_e.jpg). Acesso em: 19 jun. 2016.



FIGURA 2 – Mapa Ilustrativo da Antártica.

Fonte: *GEOSCIENCE NEWS AND INFORMATION. Map of Antarctica and Southern Ocean.* Disponível em: <<http://geology.com/world/antarctica-satellite-image.shtml>>. Acesso em: 02 jun. 2016.





FIGURA 3 – Mapa ilustrativo de depósitos de minerais existentes na Antártica.  
Fonte: NUNES, 2005, p. 27.

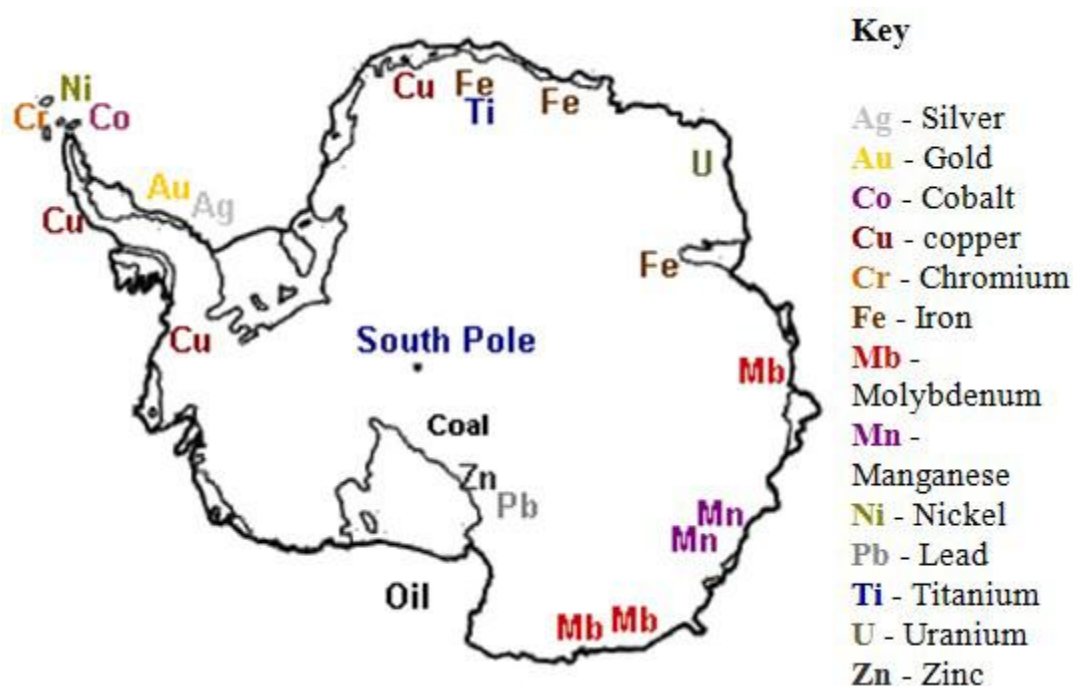


FIGURA 4 – Depósitos de minerais disponíveis na Antártica.  
Fonte: ANTARCTICA UNCOVERED. *Minerals Available in Antarctica*. Disponível em: <<http://antarcticauncovered.weebly.com/mining.html>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

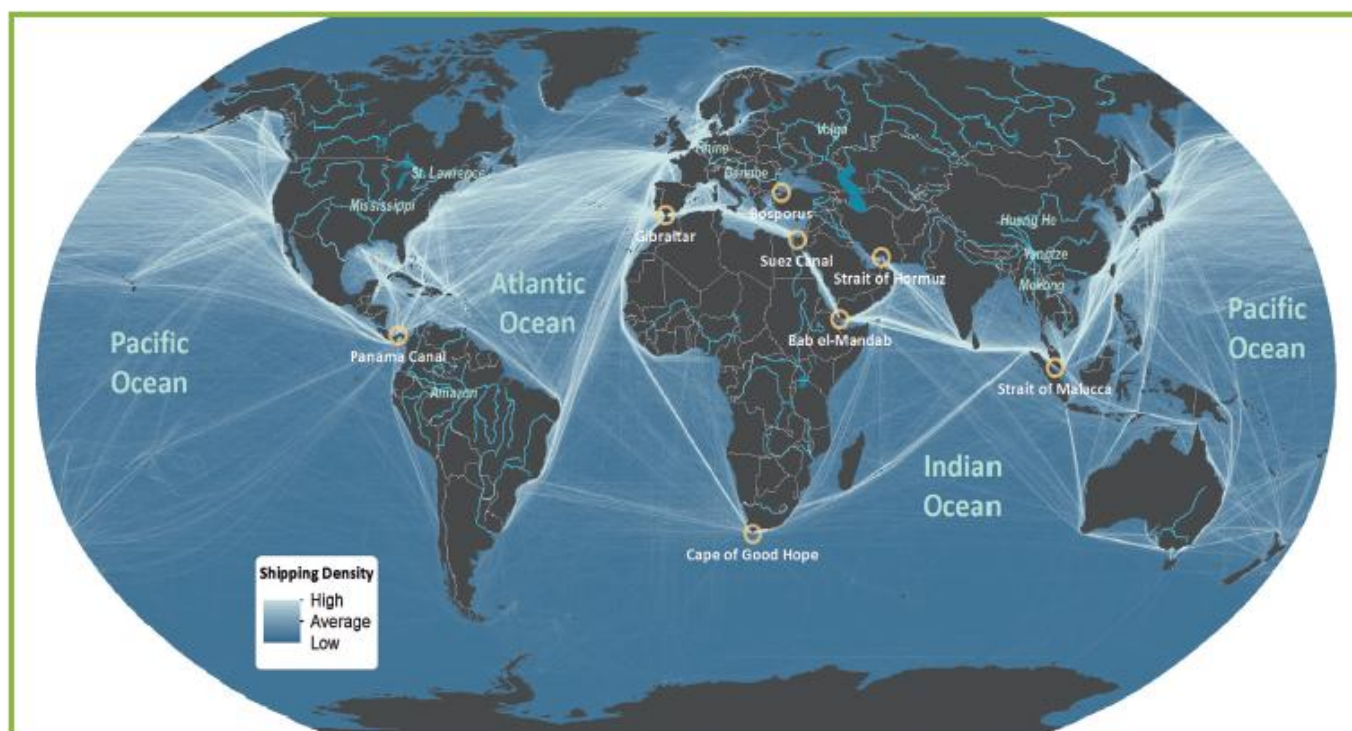


FIGURA 5 – Densidade global de Rotas Marítimas Comerciais

Fonte: *THE UK NATIONAL STRATEGY FOR MARITIME SECURITY* (2014, p.33).



FIGURA 6 – Percurso da viagem de Sir James Cook entre 1772 e 1775 (cor azul)

Fonte: *An Adventure to Antarctica Dr John Parker – a personal voyage.*

Disponível em: <<http://www.apoleapart.net/wp-content/uploads/2015/09/cooks-voyage.png>>.

Acesso em: 10 jun. 2016.



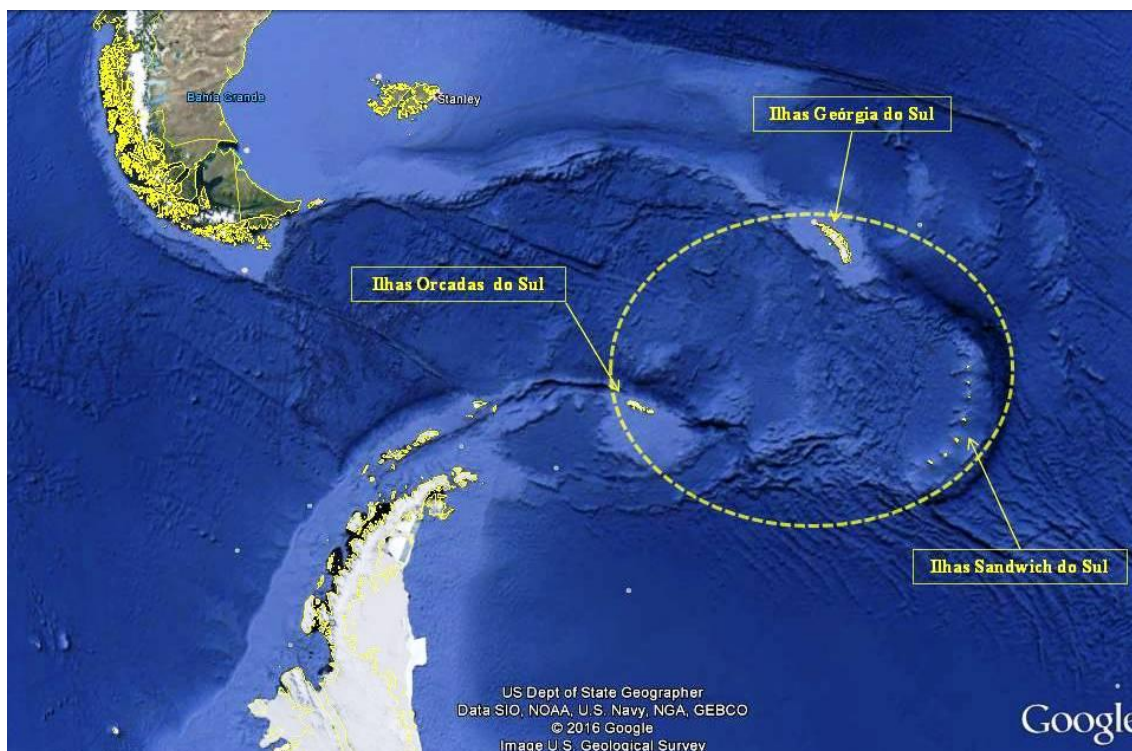


FIGURA 7 – Ilhas Orcadas do Sul, Ilhas Geórgia do Sul e Ilhas Sandwich do Sul  
 Fonte: *U.S. DEPARTMENT OF STATE GEOGRAPHER*. Disponível em: Google Earth (imagem modificada pelo autor). Acesso em: 10 jun. 2016.

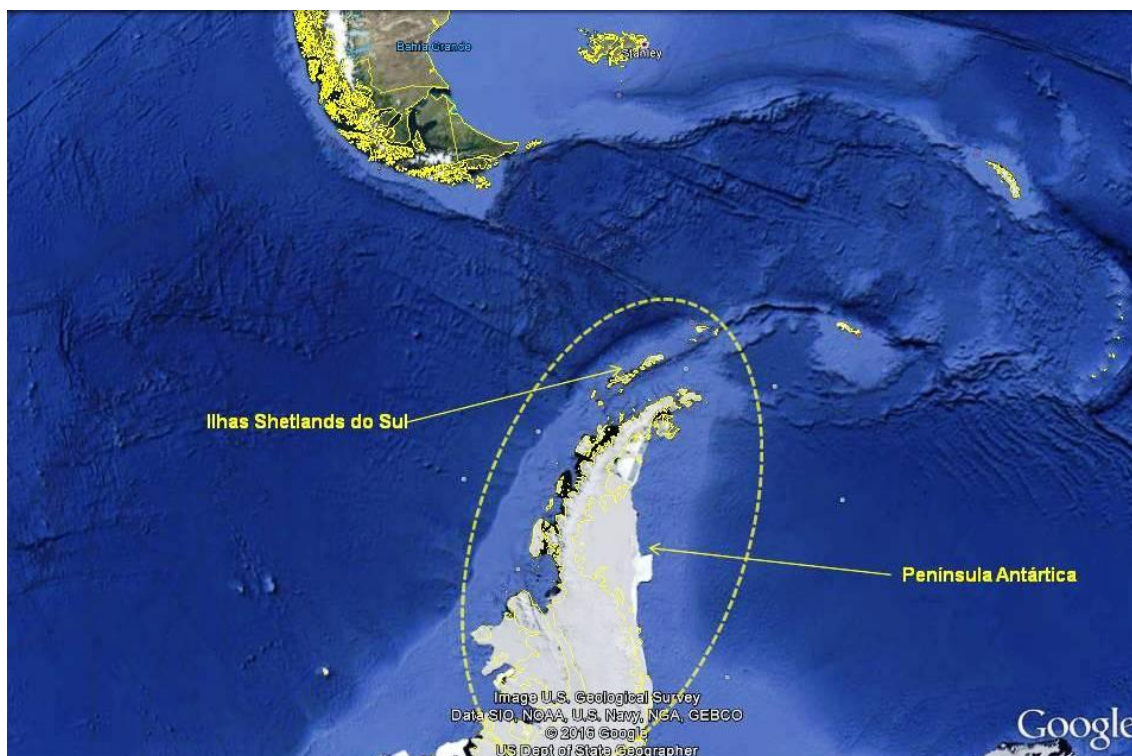


FIGURA 8 – Ilhas Shetlands do Sul e a Península Antártica  
 Fonte: *U.S. DEPARTMENT OF STATE GEOGRAPHER*. Disponível em: Google Earth (imagem modificada pelo autor). Acesso em: 10 jun. 2016.



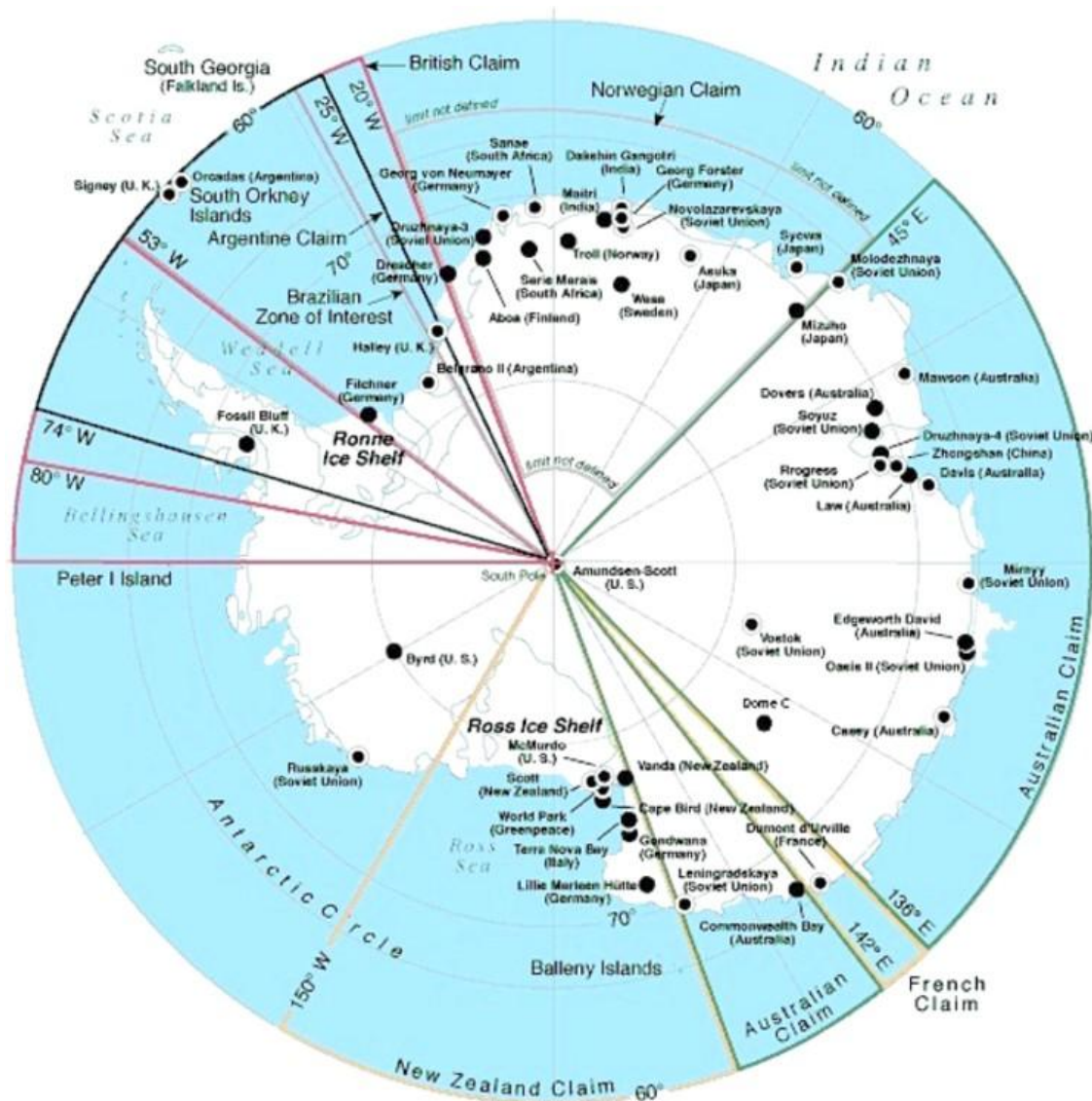


FIGURA 9 – Reivindicações Territoriais na Antártica.

Fonte: *THE JAMES CAIRD SOCIETY*. *MPS debate the threat to the southern continent*. Disponível em: <<http://www.archive.jamescairdsociety.com/shackleton-news-108145.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

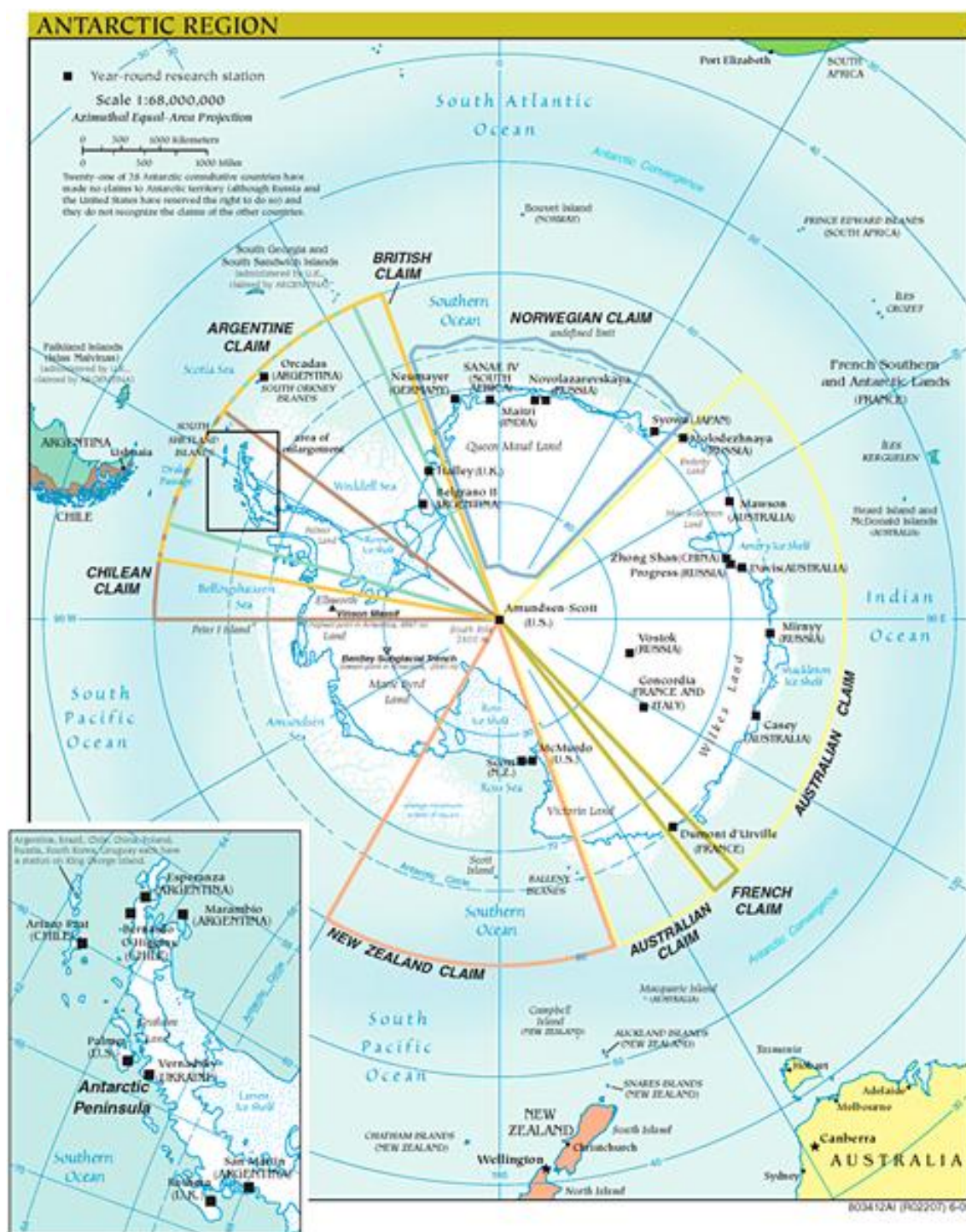


FIGURA 10 – Mapa ilustrativo das Reivindicações Territoriais na Antártica.

Fonte: *CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – THE WORLD FACTBOOK. Map of Antarctic Region.* Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

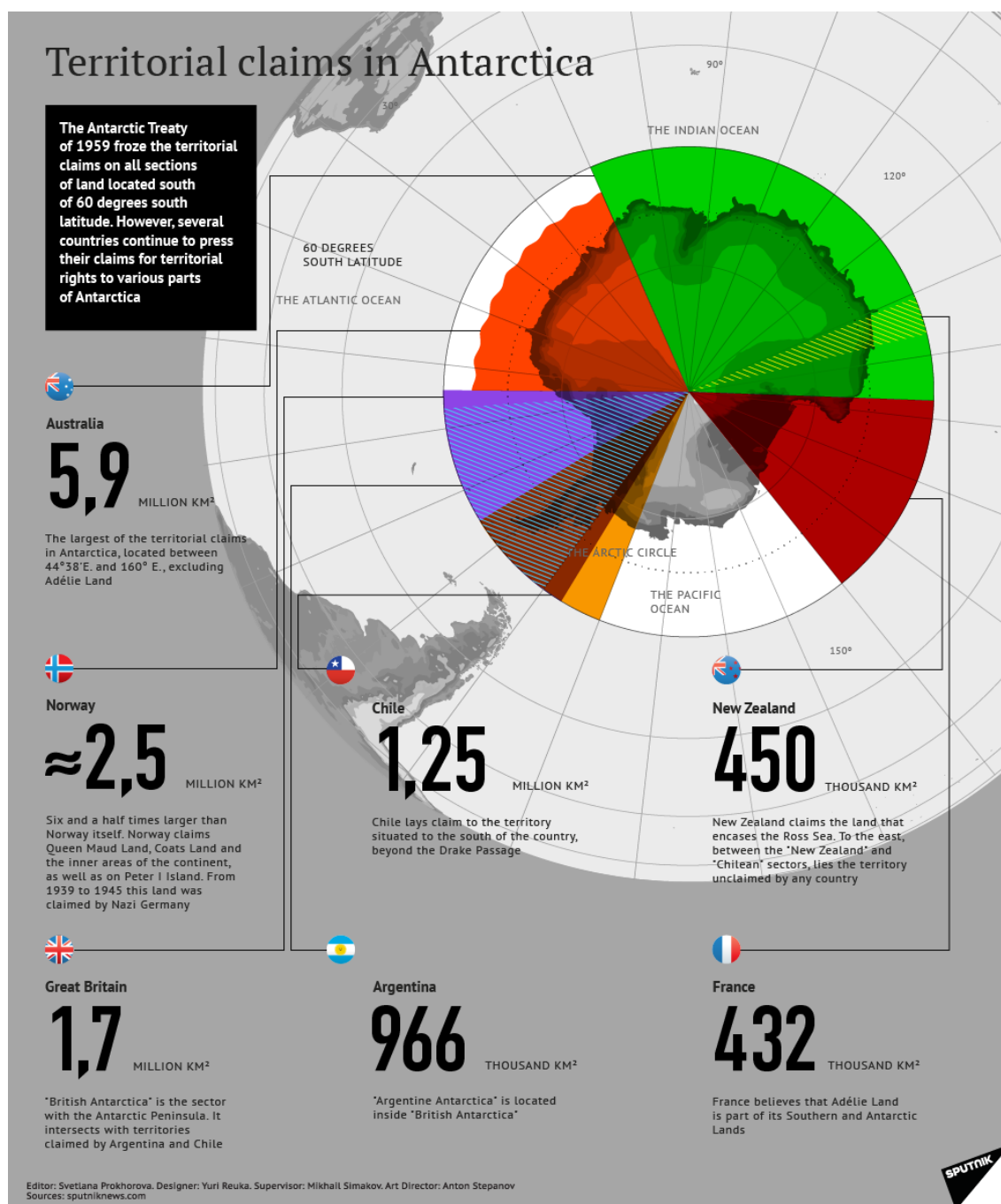


FIGURA 11 – Áreas das Reivindicações Territoriais na Antártica.

Fonte: *SPUTNIK NEWS INTERNATIONAL. Territorial Claims in Antarctica*. Disponível em: <<http://sputniknews.com/infographics/20120220/171360463.html>>. Acesso em: 03 jun. 2016.



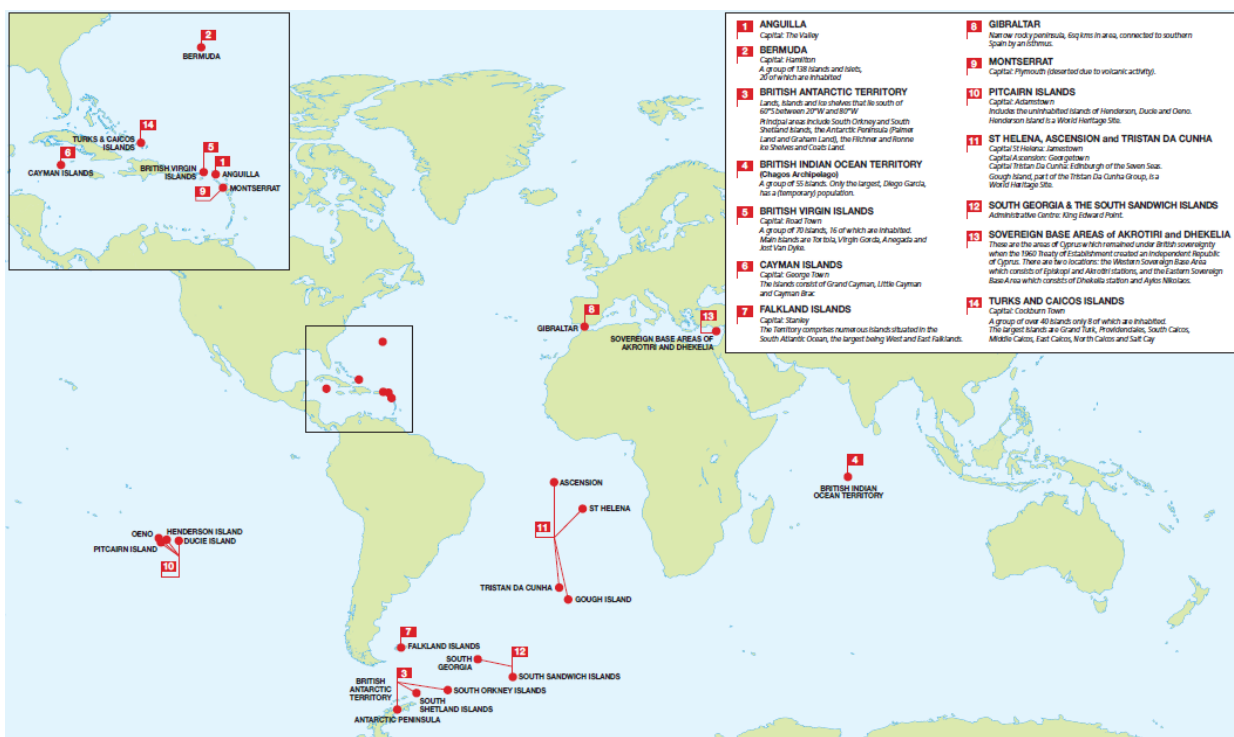


FIGURA 12 – Territórios Ultramarinos do Reino Unido  
Fonte: *THE OVERSEAS TERRITORIES* (2012, p.10).

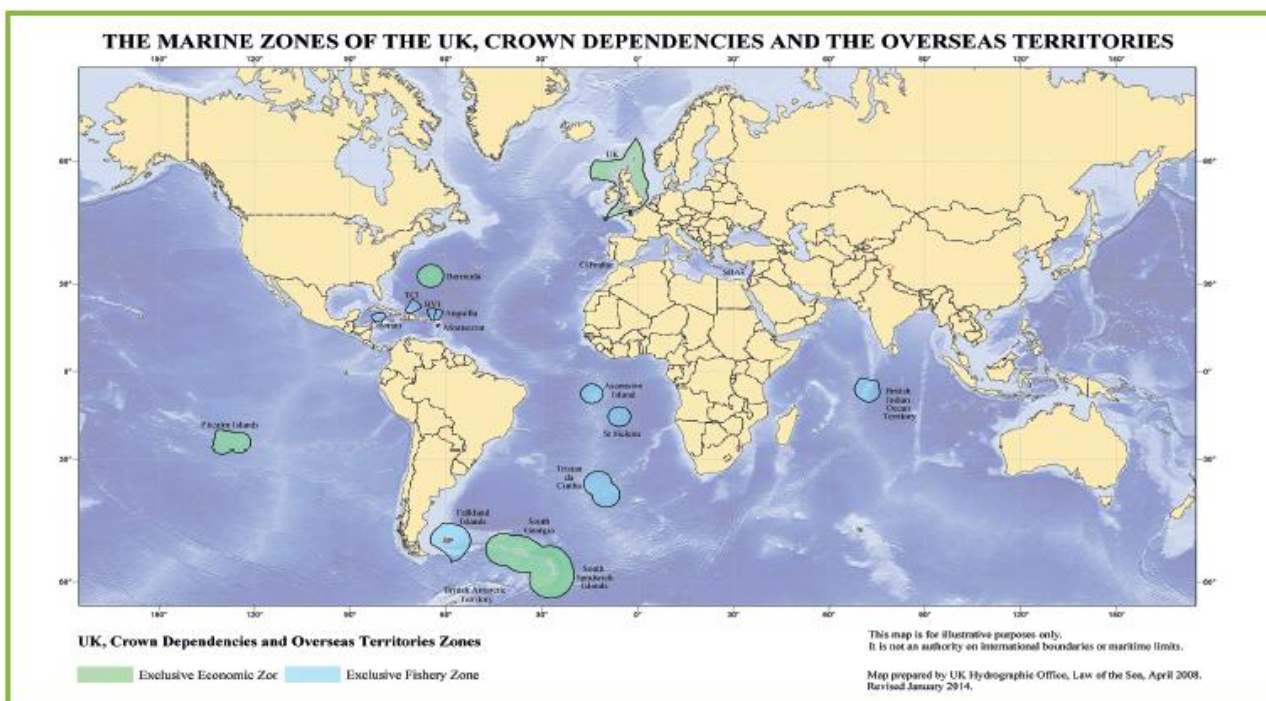


FIGURA 13 – Zonas Marítimas e Territórios Ultramarinos do Reino Unido  
Fonte: *THE UK NATIONAL STRATEGY FOR MARITIME SECURITY* (2014, p.18).



FIGURA 14 – Mapa do Território Antártico Britânico.

Fonte: *DAILY MAIL UK*. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2250647/A-systemic-attack-Argentina-reacts-furiously-Britain-names-Antarctica-Queen.html>>. Acesso em: 02 jun. 2016.



FIGURA 15 – Mapa ilustrativo do Território Antártico Britânico.

Fonte: *COATS. Image Library*. Disponível em: <<http://www.coats.com/index.asp?pageid=60&type=image&mediacategoryid=14&mediaid=23&mediaperpage=6>>. Acesso em: 02 jun. 2016.





FIGURA 16 – Navio de Patrulha Polar HMS “Protector”

Fonte: *ROYAL NAVY*. Disponível em: <<http://www.royalnavy.mod.uk/our-organisation/the-fighting-arms/surface-fleet/survey/antarctic-patrol-ship/hms-protector>>. Acesso em 10 jun. 2016.

### BAS Antarctic research stations

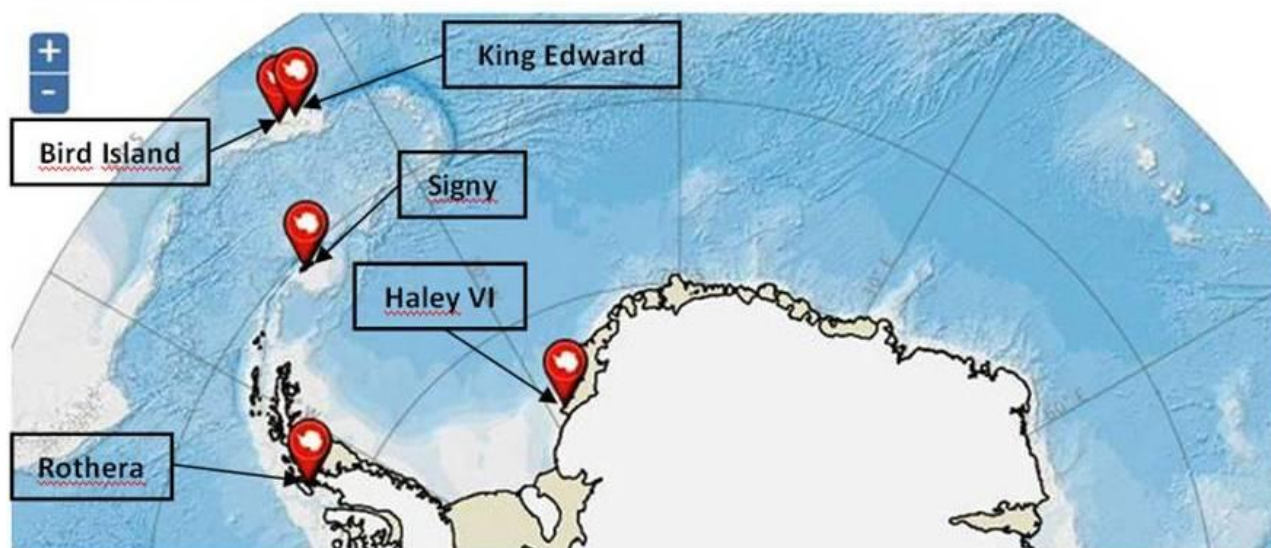


FIGURA 17 – Mapa ilustrativo das estações de pesquisa do Reino Unido na Antártica. Fonte: *BRITISH ANTARCTIC SURVEY. Research Stations* (imagem modificada pelo autor). Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/station/>>. Acesso em: 30 mai. 2016.



FIGURA 18 – Estação de pesquisa britânica na Antártica – “Rothera”.

Fonte: *BRITISH ANTARCTIC SURVEY. Rothera Research Station*. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/facility/rothera/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.



FIGURA 19 – Estação de pesquisa britânica na Antártica – “Halley VI”.

Fonte: *BRITISH ANTARCTIC SURVEY. Halley VI Research Station*. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/facility/halley/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.





FIGURA 20 – Estação de pesquisa britânica na Antártica – “Bird Island”.

Fonte: *BRITISH ANTARCTIC SURVEY. Bird Island Research Station*. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/facility/bird-island/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.



FIGURA 21 – Estação de pesquisa britânica na Antártica – “King Edward Point”.

Fonte: *BRITISH ANTARCTIC SURVEY. King Edward Point Research Station*. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/facility/king-edward-point/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.





Figura 22 – Estação de pesquisa britânica na Antártica – “Signy”.

Fonte: *BRITISH ANTARCTIC SURVEY*. *Signy Research Station*. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/facility/signy/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.



FIGURA 23 – RRS “James Clark Ross” operando na Antártica.

Fonte: *BRITISH ANTARCTIC SURVEY*. *RRS James Clark Ross*. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/facility/rrs-james-clark-ross/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.



FIGURA 24 – RRS “Ernest Shackleton” operando na Antártica.

Fonte: *BRITISH ANTARCTIC SURVEY*. *RRS Ernest Shackleton*. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/facility/rrs-ernest-shackleton/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.



FIGURA 25 – Imagem ilustrativa do futuro RRS “Sir David Attenborough”.

Fonte: *BRITISH ANTARCTIC SURVEY*. *RRS Sir David Attenborough*. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/ship/new-uk-polar-research-vessel/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.



FIGURA 26 – Bandeira do Território Antártico Britânico hasteada no mastro do prédio do *Foreign Office* em Londres.

Fonte: *MERCO PRESS SOUTH ATLANTIC NEWS AGENCY*. Disponível em: <<http://en.mercopress.com/2014/06/24/foreign-office-flies-the-british-antarctic-territory-flag-to-mark-mid-winter-day>>. Acesso em: 02 jun. 2016.



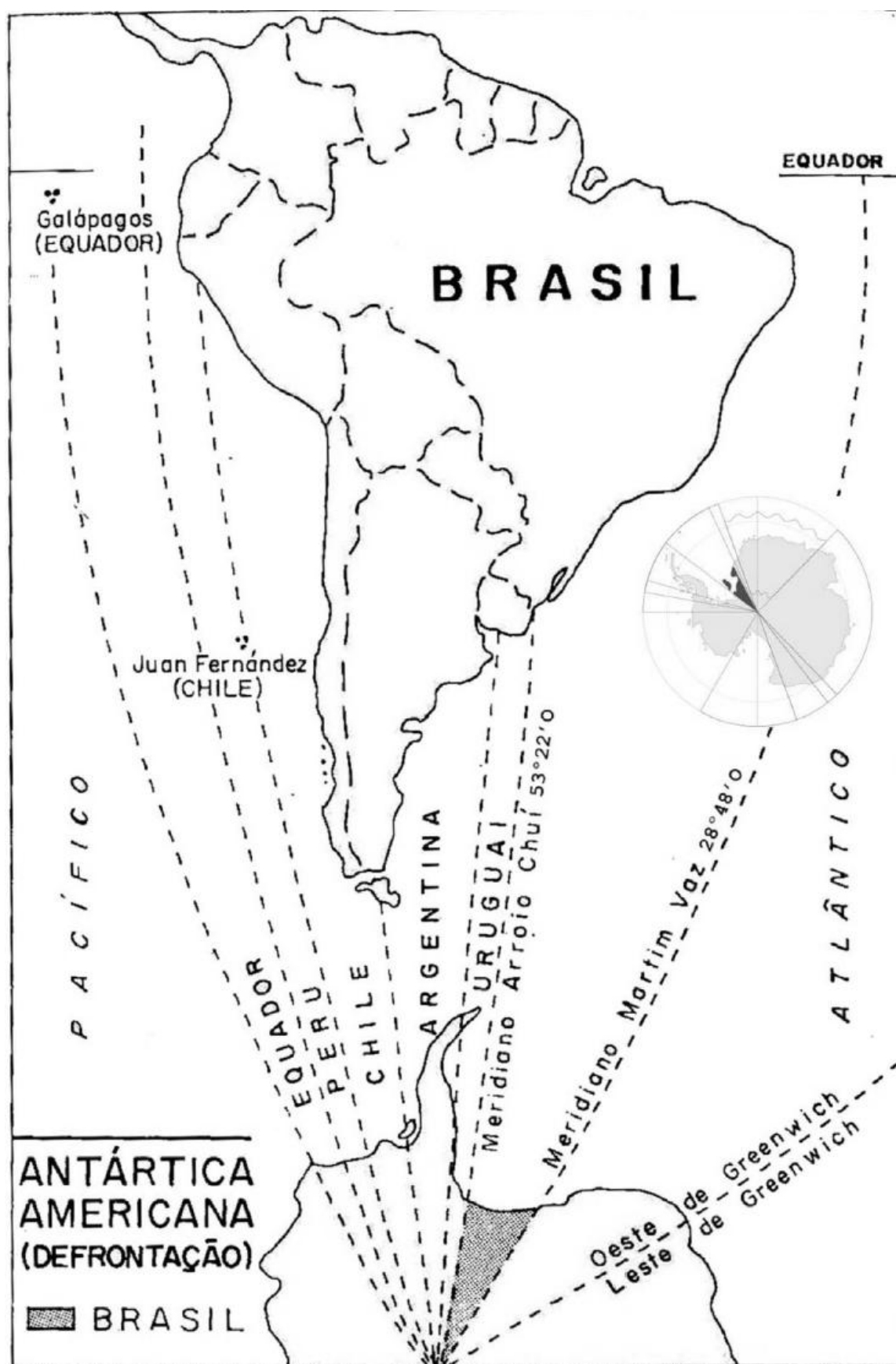


FIGURA 27 – Setores da Teoria da Defrontação  
 Fonte: FERREIRA (2009, p.194).

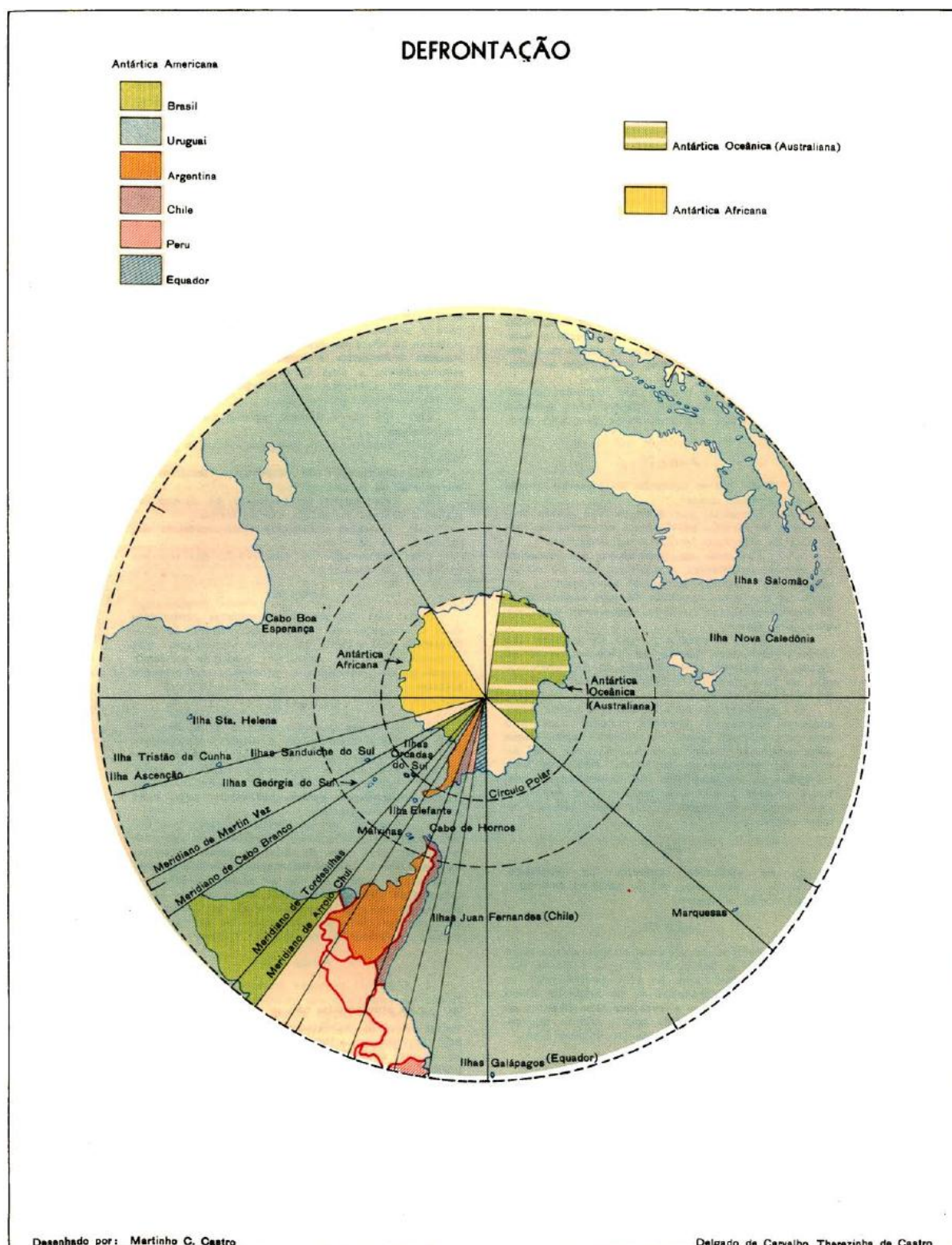


FIGURA 28 – Projeção Global dos Setores da Teoria da Defrontação  
 Fonte: CARVALHO e CASTRO (1960, p.159).

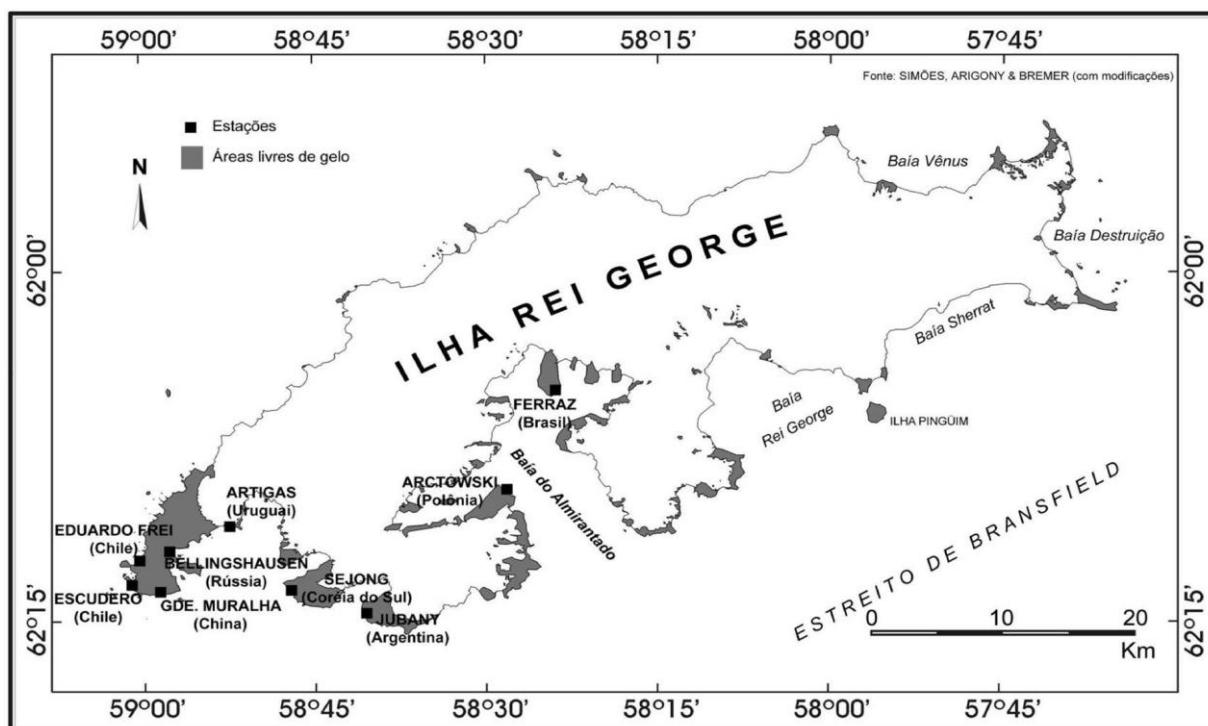


FIGURA 29 – Localização da EACF – Ilha Rei George – Arquipélago das Shetlands do Sul  
 Fonte: FERREIRA (2009, p.196).



FIGURA 30 – Projeto Ilustrativo da nova EACF

Fonte: DEFESA AÉREA E NAVAL.

Disponível em: <<https://cdn2.defesaaereanaval.com.br/wp-content/uploads/2013/10/Nova-EACF.jpg>>. Acesso em: 17 jun. 2016.